

**CASA DA PESCA:
PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO**

Ana Celeste Maia Pires Glória

**Trabalho de Projecto de Mestrado em Património – área de
especialização em Património Artístico**

SETEMBRO DE 2009

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho de projecto só foi possível graças ao apoio de várias pessoas e Instituições que, directa ou indirectamente, contribuíram para a sua realização e às quais não poderia deixar de expressar os meus agradecimentos.

À Professora Doutora Raquel Henriques da Silva, que se prontificou a orientar o nosso trabalho, devotando-lhe todo o interesse e apoio e incentivando-me em todos os momentos a prosseguir.

À Professora Ana Duarte Rodrigues que, desde o início, acompanhou este trabalho, sugerindo ideias e pistas bibliográficas, contribuindo inclusive na revisão do nosso trabalho.

Ao Dr. Paulo Martins da Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, pela colaboração em determinadas questões relativas à protecção e salvaguarda do património da Quinta de Recreio dos Marquesses de Pombal e ao Prof. José Meco que forneceu importantes pistas sobre a Casa da Pesca.

Agradeço ainda aos técnicos da Câmara Municipal de Oeiras que se prontificaram a colaborar, ao Arq. Rodrigo Dias do Departamento de Planeamento e Gestão Urbana e à Dra. Alexandra Fernandes do Departamento de Património Histórico e Museologia de Oeiras.

Um especial agradecimento às pessoas que nos permitiram o acesso à Casa da Pesca, nomeadamente à Dra. Alexandra Silva do Posto de Turismo que me colocou em contacto com o Sr. Manuel Dias e a Dra. Umbelina Dias.

Finalmente, à minha família e às minhas amigas Fernanda, Sónia, Susana, e Ana Sofia, pela preocupação e apoio que devotaram ao meu trabalho.

RESUMO

CASA DA PESCA: PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO

Ana Celeste Glória

PALAVRAS-CHAVE: Casa da Pesca, património artístico, abandono, degradação, ruína, valorização e recuperação

A Casa da Pesca é um dos núcleos de recreio pertencentes à Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal em Oeiras, obra representativa da arquitectura de recreio e arte dos jardins setecentistas dos arredores de Lisboa.

Integrada desde 1940 na classificação de Monumento Nacional, a Casa da Pesca não tem merecido a atenção que a sua classificação pressupõe, relativamente às medidas de protecção e de salvaguarda, pois este espaço tem sido alvo de abandono, levando a que o seu espólio artístico – jardim, cascata, tanque e casa –, apresente elevado grau de degradação e eminente ruína. Neste sentido, levados pela preocupação da urgente valorização deste espaço, apresentamos uma “Proposta de Valorização e Recuperação” que antecede de um breve enquadramento geográfico, histórico e cultural da Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal onde se insere a Casa da Pesca, seguindo-se um estudo histórico e artístico em torno desta, tocando pontos fulcrais como o estado de conservação. Todos estes aspectos irão culminar na elaboração da proposta acima referida, apresentando-se a Casa da Pesca como conjunto de Património Artístico valiosíssimo, cuja ruína impõe as rápidas acções de valorização e recuperação.

ABSTRACT

CASA DA PESCA: APRECIATION AND RECOVERY PROPOSAL

Ana Celeste Glória

KEYWORDS: Casa da Pesca, artistic heritage, abandonment, decay, ruin, appreciation and recovery

The *Casa da Pesca* is one of the centers of pleasure belonging to the *Quinta de Recreio dos Marquesses de Pombal* in Oeiras, representative work of art and architecture of the pleasure gardens of the eighteenth century and outskirts of Lisbon.

Integrated since 1940 in the classification of National Monument, the *Casa da Pesca* has not deserved the attention that its classification requires, for security measures and safeguards, as this area has been abandoned, leading to his artistic estate – garden, cascade, tank and house –, has high degree of degradation and imminent ruin. In this sense, brought by the concern of the urgent recovery of this area we present a “Proposal for Recovery and Recovery” which is preceded by a brief framework of geographical, historical and cultural recreation of the *Quinta de Recreio dos Marquesses de Pombal* which includes the *Casa da Pesca*, followed by is artistic and historical study, playing key points as the state of conservation. All this will culminate in the preparation of the above proposal, presenting the *Casa da Pesca* as an invaluable collection of cultural heritage, which requires the fast actions of appreciation and recovery.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

CMO	Câmara Municipal de Oeiras
DEV	Divisão de Espaços Verdes
DGEMN	Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
DPGU	Departamento de Planeamento e Gestão Urbana
DPHM	Divisão de Património Histórico e Museológico
DRCVL	Direcção Regional de Cultura e Vale do Tejo
DREL	Direcção Regional de Edifícios de Lisboa
EAN	Estação Agronómica Nacional
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
INA	Instituto Nacional de Administração
INIA	Instituto Nacional de Investigação Agrária
INRB	Instituto Nacional de Recursos Biológicos
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
MC	Ministério da Cultura

ÍNDICE

VOLUME I

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO / ABSTRACT.....	II/III
SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS.....	IV
 INTRODUÇÃO.....	 1

1.ª PARTE

A QUINTA DE RECREIO DOS MARQUESES DE POMBAL

1. - Enquadramento geográfico, histórico e cultural.....	6
2. - Uma Quinta de Recreio.....	10
2.1 Do Palácio ao Jardim.....	10
2.2 O Jardim e demais estruturas.....	12

2.ª PARTE

A CASA DA PESCA

1. - Enquadramento topográfico e histórico.....	18
2. - Património Artístico.....	22
2.1 O Jardim.....	23
2.2 A Cascata do Taveira e Tanque.....	24
2.3 A Casa da Pesca.....	27
3. - Estado de Conservação.....	30
3.1 As Obras de Conservação e Restauro.....	30
3.2 O Estado de Conservação actual.....	34

3.2.1 O Jardim.....	35
3.2.2 A Cascata do Taveira e Tanque.....	35
3.2.3 A Casa da Pesca.....	36
4. - Algumas propostas de intervenção.....	38
4.1 Caracterização e objectivos.....	38
4.2 Os Projectos.....	38

3.ª PARTE

PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO

1. - A Casa da Pesca e o seu valor patrimonial.....	41
2. - A Proposta.....	43
2.1 Metodologia.....	43
2.2 Objectivos.....	44
2.2.1 Valorização e Recuperação.....	45
2.2.2 Usufruto Público.....	46
2.3 Centro de Acolhimento e Interpretação (Centro Interpretativo).....	47
2.3.1 Gestão.....	49
2.3.2 Acessos, horários e actividades.....	49
2.3.3 Divulgação.....	50

CONCLUSÃO.....	51
----------------	----

BIBLIOGRAFIA.....	53
1. - Fontes Manuscritas.....	53
2. - Fontes Impressas.....	54
3. - Referências online.....	60

VOLUME II

1.ª PARTE - ANEXO DOCUMENTAL.....	3
DOCUMENTOS HISTÓRICOS	
Documento 1.....	4
Documento 2.....	12
Documento 3.....	18
Documento 4.....	20
PROTOCOLO CMO/EAN.....	21
PROPOSTA DE MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO.....	23
2.ª PARTE - ANEXO GRÁFICO.....	25
Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal [<i>Fig. 1 a 49</i>].....	26
Casa da Pesca [<i>Fig. 50 a 159</i>].....	56
Algumas propostas de intervenção [<i>Fig. 160 a 163</i>].....	129

INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho intitulado “Casa da Pesca: Proposta de Valorização e Recuperação” centra-se justamente na elaboração de uma proposta de intervenção sobre os pressupostos da valorização e recuperação do conjunto designado Casa da Pesca, que é constituído por Jardim, Cascata do Taveira, Tanque e Casa da Pesca. A escolha deste conjunto resultou da nossa apetência pelo estudo das casas e palácios do século XVIII, chamando-nos este particularmente à atenção, pelo facto de ser representativo de uma época de intrínseco valor histórico, cultural e artístico associado a uma das figuras mais importantes de Portugal, o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782). Por outro lado, o nosso interesse centrou-se no estado de abandono e ruína em que o mesmo se encontra desde há muitos anos, pelo que oportunamente, com carácter de urgência apresentamos esta proposta de valorização e recuperação.

A Casa da Pesca, enquanto património artístico diz respeito a um período muito específico do desenvolvimento do centro histórico de Oeiras. No século XVIII, por via de herança paterna, o futuro Marquês de Pombal, herda o denominado *Morgadio de Oeiras*. A subsequente ascensão política e a ligação próxima com os irmãos, permite que o *Morgadio* seja objecto de significativas melhorias arquitectónicas e paisagísticas, vindo a constituir a *Quinta de Recreio dos Marquesses de Pombal em Oeiras*, uma das grandes quintas de recreio do seu tempo.

Dada a importância histórica, artística e cultural que esta Quinta representa, foi-lhe reconhecido o valor de interesse nacional, ao ser classificada de *Monumento Nacional* pelo Decreto n.º 30 762 do *Diário Geral* 225 de 26 de Setembro de 1940, cuja classificação incluía o Palácio, o Jardim e a Casa da Pesca. Neste momento, encontra-se esta classificação «em vias de classificação», uma vez que se pretende alargar a classificação a toda a Quinta e não somente aos espaços anteriormente classificados.

A diversidade dos núcleos de recreio permitiu que este espaço se salientasse apresentando um curioso conjunto de construções integradas numa malha geométrica, na qual a Casa da Pesca se integra como um dos centros de recreio.

Construída no final da década de 70 do século XVIII, a Casa da Pesca situa-se na chamada Quinta de Cima, parte integrante da Quinta dos Marquesses de Pombal e

actualmente propriedade da Estação Agronómica Nacional¹. Ela deve o seu nome ao estuque e aos painéis de azulejo com motivos alusivos à faina da pesca do interior da Casa, apresentando igualmente motivos marítimos nos painéis de azulejo exteriores que ladeiam a Cascata do Taveira. A par deste património artístico, a Casa da Pesca distingue-se pelo seu pequeno jardim que envolve todo o conjunto tornando-o recatado e intimista, uma pequena escadaria liga-o à Cascata e ao Tanque.

Assim, por via do estudo aprofundado da Casa da Pesca, esperamos contribuir para a valorização do conjunto, através da sua recuperação e conservação. O nosso propósito foi, assim, captar as atenções para este notável conjunto artístico já muito esquecido e em ruína eminente.

Deste modo, a concepção de tal proposta compreende num primeiro momento, o estudo da Casa da Pesca enquanto conjunto histórico e artístico, realidades que lhe conferem o seu valor patrimonial e, num segundo momento, a análise do estado de conservação. Assim, dividimos este trabalho em três momentos que sistematizam a nossa ideia de valorização do objecto em estudo a fim de nos centramos na realização da proposta de recuperação.

Em primeiro lugar, a necessidade de tratar questões relacionadas com o espaço e a história no qual se insere a Casa da Pesca, levou-nos a reflectir e a enquadrar este objecto em toda a Quinta na qual ele se insere, a fim de se conceber um entendimento da importância deste património histórico-artístico. Neste sentido, faremos uma análise histórica, arquitectónica e iconográfica da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal.

Em segundo lugar, entramos directamente no nosso objecto de estudo: a Casa da Pesca, enquanto espaço social e histórico, decorrente de diversas actuações históricas como a visita de D. Maria I, a referir adiante, mas sobretudo enquanto interessante espaço artístico, arquitectónico, e paisagístico. Analisaremos as obras de conservação e restauro, avaliaremos o estado actual deste conjunto, que justificará esta proposta de valorização e recuperação, e reflectiremos sobre os projectos elaborados no passado.

O terceiro momento foi o da concepção dessa proposta, designada “Proposta de Valorização e Recuperação” que visa trazer ao conhecimento público o precioso conjunto, dada a importância cultural, histórica e artística e, por isso mesmo, prevendo a sua recuperação, restauro e conservação.

¹ A EAN encontra-se actualmente integrada no Instituto Nacional de Recursos Biológicos que por sua vez pertence ao Instituto Nacional de Investigação Agrária do Ministério da Agricultura.

Face aos dados apresentados, não poderíamos deixar de referir sucintamente os estudos que abordaram a problemática aqui apresentada, bem como prestar tributo aos poucos estudiosos que têm vindo a mostrar interesse pelo estado de abandono que a Casa da Pesca tem vindo a sofrer. Os primeiros estudos relacionados com o conjunto inserem-se numa abordagem histórico-artística de toda a Quinta e só a partir da década de 80 do século XX, surgem pequenos trabalhos dedicados à Casa da Pesca. Destes trabalhos verificamos que não houve nenhum estudo efectivo sobre a sua valorização e recuperação sob o ponto de vista da salvaguarda e protecção patrimonial.

A primeira referência sobre o espaço em estudo é feita num relato da visita de D. Maria I à Quinta de Oeiras em 1783², e posteriormente numa série de notícias relativas a todo o conjunto da Quinta.

Uma das primeiras referências faz parte da descrição pormenorizada de Vilhena Barbosa em *Arquivo Pittoresco* de 1863, sobre a Quinta de Oeiras³. Neste artigo é apontada já alguma decadência do Jardim e da Cascata do Taveira, não havendo qualquer referência à Casa da Pesca. Porém, o artigo “Passeios e Viagens - Oeiras” da *Serões & Séstas: Revista das Famílias* publicado em 1895, incide já sobre a Casa destacando muito do seu património artístico: “ (...) sendo principalmente notáveis os estuques e pinturas da chamada Casa da Pesca, onde se deleitaram n’uma verdadeira obra de arte os privilegiados pinceis de pintores de grande mérito”⁴.

No século XX, um dos primeiros autores a referir a Casa da Pesca, e ainda centrado na descrição da Quinta, foi Aquilino Ribeiro in *Oeiras (Monografia)* (1940)⁵, cujas referências apenas enaltecem o património artístico do conjunto.

Só com uma das obras do distinto historiador de arte José Meco, intitulada *Azulejaria no Concelho de Oeiras, O Palácio Pombal e a Casa da Pesca* (1982) há uma aproximação à temática por nós abordada. Ainda que centrado na análise da azulejaria do Palácio, Casa da Pesca e Cascata do Taveira, o autor reúne uma série de dados histórico-artísticos sobre o conjunto, aludindo ainda à desvalorização e degradação do espaço em questão, que à data se apresentava “constrangedor”. Segundo o autor, a Casa da Pesca merecia toda a atenção

² Cf. SENA, Teresa, “Reconciliação de D. Maria I com a casa de Oeiras” in *História*, nº49, Novembro de 1982, pp.12-22.

Além do relato a existência de alguns documentos no Arquivo Pombalino da Secção de Reservados na Biblioteca Nacional permitiu-nos avançar com algumas considerações sobre o período de construção e até quantias gastas.

³ BARBOSA, Vilhena, “Fragmentos dos Arredores de Lisboa - Arrebaldes de Lisboa: Paço de Arcos, Oeiras e Carcavellos” in *Arquivo Pittoresco: Semanário Ilustrado*. – Lisboa: A. 1863, Vol. VI, pp.385-387 e pp.401-403

⁴ “Passeios e Viagens - Oeiras” in *Serões & Séstas: Revista das Famílias*. – Lisboa: Empresa Serões & Séstas, Abril, 1895, p.188

⁵ RIBEIRO, Aquilino, *Oeiras (Monografia)*. – Oeiras: CMO, 1980, pp.54-55

por parte dos responsáveis do património, por se tratar do “(...) *“recanto de prazer” mais monumental e belo que o século XVIII nos legou*”⁶.

Outra obra que faz referência à Casa da Pesca é a de Rodrigo Dias, *A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal* (1987), que se centrou na análise da construção e organização dos jardins da quinta. As referências pontuais ao recinto da Casa da Pesca dizem respeito como José Meco havia feito, ao desaparecimento da vegetação, apoiado num levantamento bibliográfico e estudo exaustivo. Porém, R. Dias vai mais longe enumerando ainda uma série de factores que, ao longo dos anos, têm vindo a contribuir para a perda da leitura visual da Quinta, como os crescentes edifícios da EAN junto à Casa da Pesca

A partir do trabalho de R. Dias surgiram uma série de artigos, sobretudo nos jornais da região, centrados precisamente na temática que nos interessa: a conservação e a recuperação da Casa da Pesca, pelo que os autores se centravam em chamar a atenção de todos para a degradação e ruína que ao longo dos anos este espaço ia registando⁷.

Por último, o estudo mais recente sobre a Casa da Pesca resulta do trabalho final de licenciatura de Margarida Baeta, intitulado *O “Conjunto da Casa da Pesca” – Elementos para o seu programa artístico e iconográfico* (2004)⁸, e que ainda alheio à nossa problemática, em muito contribuiu para o estudo pormenorizado deste espaço, através da leitura iconográfica dos painéis de azulejo e estuques, nunca antes efectuado, ao mesmo tempo que revelou dados importantes.

Como suporte do nosso trabalho de investigação e intervenção incluímos um corpo documental, que pensamos reforçar o estudo da Casa da Pesca enquanto objecto pouco estudado. Do mesmo modo, anexamos um corpo fotográfico, organizado segundo o texto, constituindo um catálogo de reforço à proposta de valorização e recuperação e, que é um

⁶ MECO, José, *Azulejaria no Concelho de Oeiras, O Palácio Pombal e a Casa da Pesca*, 1982, p.33

⁷ Entre os artigos contam-se: s/a, “Casa da Pesca e Zona Envolvente” in *Oeiras Municipal*. - Oeiras: Julho/Agosto/Setembro de 1986, n.º13, p.11; MECO, José, “A Casa da Pesca e o património artístico de Oeiras: Oeiras e o seu Concelho” in *Jornal da Costa do Sol*. - Cascais, 24 de Julho de 1986; s/a, “Casa da Pesca em Oeiras caiu na rede da degradação: lago entupido de lodo e azulejos ocultos por lixo” in *Jornal de Notícias*. - Lisboa: 9 de Julho de 1989; MIRANDA, Jorge, “Quinta do Taveira: Triunfo sobre o esquecimento” in *Jornal da Região – Oeiras*”. - Oeiras, 25 de Novembro de 1999, p.7; GONÇALVES, Alexandre, “Quem salva a Casa da Pesca” in *Jornal da costa do Sol*. - Cascais, 25 de Novembro de 1999, p.16; MIRANDA, Jorge, “Conjunto da Casa da Pesca: Um monumento nacional desprezado” in *Jornal da Região – Oeiras*”. - Oeiras, 3 de Dezembro de 1999, p.7; TRISTÃO, Pepita, “Jornadas do Património” in *Jornal Costa do Sol*. - Cascais: 2 de Outubro de 2003, p.24; IDEM, “Casa da Pesca em risco” in *Jornal Costa do Sol*. - Cascais, 24 de Junho de 2004, p.7; s/a, “Casa da Pesca: Uma degradação galopante” in *Jornal de Oeiras*. - Carcavelos, A. V, n.º235, 20 de Janeiro de 2009, p.5.

⁸ BAETA, Maria Margarida, *O “Conjunto da Casa da Pesca” – Elementos para o seu programa artístico e iconográfico*. - Lisboa: 2004, 3vols. (Trabalho final de Licenciatura em Artes Decorativas/Artes Decorativas Portuguesas apresentado à Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo)

levantamento exaustivo de desenhos, gravuras, fotografias, mapas e projectos que se prendem com a Casa da Pesca, mas também com a Quinta dos Marqueses de Pombal onde ela se insere. Deste levantamento, foi possível verificar que algumas das imagens constituem inéditos neste campo de estudo, uma vez que não haviam sido dados a conhecer em publicações anteriores.

1.ª PARTE

A QUINTA DE RECREIO DOS MARQUESES DE POMBAL

1. - Enquadramento geográfico, histórico e cultural

A Casa da Pesca encontra-se situada na Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal, nos arredores de Lisboa, em Oeiras [Fig.1 e 2]. A localização geográfica da Quinta, junto da Ribeira das Lajes⁹, determinou a organização e construção da Quinta de Recreio enquanto espaço de lazer e agricultura¹⁰. Estes espaços encontram-se dentro de muros, somente separados pela Rua do Aqueduto, antiga Estrada Real que atravessa a quinta e a divide em duas partes: a Quinta de Baixo, constituída pelo palácio e jardim envolvente; e a Quinta de Cima, constituída por núcleos de recreio e espaço agrícola [Fig.3].

Em termos históricos, a Quinta de Oeiras, tal como hoje a conhecemos, foi formada a partir da reunião de terrenos agrícolas e de uma série de fazendas, adquiridas através de compra, doações e sub-rogações sucessivas¹¹. Mas ainda que o espaço seja fruto de esforços construtivos no século XVIII, a história desta quinta remonta ao século XVII, mais exactamente a 1676, quando Sebastião José de Carvalho (c.1600-), avô do futuro Marquês de Pombal, adquiriu uma série de terras, que constituíram o embrião da primitiva Quinta de Oeiras, então designada *Morgadio de Oeiras*¹² [Fig.4].

⁹ A Ribeira da Laje condicionou a construção de todos os espaços da quinta, desde o edificado, aos núcleos de recreio, e espaços agrícolas. A ribeira foi regularizada, o seu caudal aprisionado num canal que se tornou navegável, e a água ausente foi captada e chegou aos lagos, cascatas, e irrigou os jardins e os espaços de exploração agrícola. Cf. GOMES, Maria do Céu Sousa, *O Morgadio de Oeiras: história da arte moderna*, 1998, p.97.

¹⁰ O ordenamento da Quinta de Oeiras constitui exemplo de uma quinta de recreio portuguesa, onde se verifica a presença de vários aspectos que concorrem para a sua definição enquanto jardim histórico de elevado valor patrimonial. Por quinta de recreio entenda-se, “*entende-se aquela casa de campo erguida no perímetro das cidades, como Lisboa, constituindo a residência secundária das classes dominantes*”. In MATOS, José Sarmento de, “RECREIO, Quinta de”, in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, 1989, p.398.

As “Quintas de Recreio”, foram assim denominadas face às funções que desempenharam, enquanto espaço de deleite, distração, restabelecimento de energias, mas também de produção de bens de consumo. Cf. ARAÚJO, Ilídio, “Quintas de Recreio” in *Bracara Augusta*. – Separata, vol.XXVII, fasc.63, 1974, pp.5-9.

Sobre esta temática Vide ARAÚJO, Ilídio, *Op. Cit.*; AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. – Lisboa: Livros Horizonte, 1969; BINNEY, Marcus, *Casas Nobres de Portugal*. – Lisboa: Difel, 1987; e CALDAS, João Vieira, *A Casa Rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*. – Porto: FAUP, 1999.

¹¹ Vide *O Morgadio de Oeiras*, I e II Tomo, Arquivo Pombalino, Secção de Reservados da Biblioteca Nacional. Esta obra reúne as descrições das compras, sub-rogações, doações e sentenças que deram origem à Quinta de Oeiras, para além de conter outros documentos relativos a outras propriedades dos Carvalhos.

Para além destes tomos constitui referência em qualquer estudo sobre esta Quinta a descrição do *Memorial histórico ou Coleção de memórias sobre Oeiras: desde o seu princípio, como lugar e Cabeça de Julgado e depois vila (Com o título de Condado e Cabeça do Concelho)* (1982; vol.II, pp.376-377) e que transcrevemos no Documento 1.

¹² SERRÃO, J. Veríssimo, *O Marquês de Pombal – O Homem, o Diplomata, e o Estadista*, 1982, p.90

O engrandecimento da Quinta só conheceu significado territorial a partir de 1714, quando o Arcipreste da Patriarcal de Lisboa, Paulo de Carvalho e Ataíde (1679-1737), tio do futuro Marquês, após herdar de seu pai o Morgadio de Oeiras, adquiriu inúmeros terrenos circundantes¹³. Por outro lado, a partir de 1737, quando o Arcipreste nomeia o sobrinho¹⁴, Sebastião José de Carvalho e Melo¹⁵, futuro Marquês de Pombal, herdeiro do *Morgadio* e dos terrenos a ele agregados, a velha Quinta conhece novo período de enriquecimento, não só territorial mas também construtivo – com palácio, jardins e diversos núcleos de recreio, transformando-se a velha Quinta numa grandiosa Quinta de Recreio. Este facto foi inclusive possibilitado pela união de esforços económicos e políticos dos três irmãos, o herdeiro, Sebastião José de Carvalho e Melo, Francisco Xavier de Mendonça (1701-1769) e Paulo António de Carvalho e Mendonça (1702 -1770), registada, a nosso ver, na *Concordia Fratrum* (concordia entre irmãos), composição pictórica atribuída a Joana de Salitre que se encontra na sala da Concórdia no Palácio desta Quinta¹⁶ [Fig.5].

Além deste contributo, é fundamental referir a influência da condessa austríaca Leonor Daun (1721-1789) [Fig.6], segunda mulher de Sebastião José de Carvalho e Melo, cujo gosto europeu iluminista terá contribuído para o requinte construtivo das áreas de recreio, nomeadamente o jardim à francesa¹⁷.

Porém, a história da Quinta de Oeiras, enquanto espaço de recreio e agricultura, iniciou-se concretamente a partir de 1750, quando, após um longo período no estrangeiro ao serviço de Portugal, o futuro marquês aqui regressa, ao ser nomeado para o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, pelo recente monarca, D. José I (1714-1777), ascensão política que aliada a um maior poder económico facilita o início construtivo do projecto da Quinta de recreio em Oeiras. Por outro lado, o terramoto

¹³ Cf. *O Morgado de Oeyras*, *Op. Cit.*.

¹⁴ Com esta atitude, o tio confirmaria toda a protecção que ao longo da vida havia dado ao sobrinho. Pois havia sido o Arcipreste a apresentar o futuro Marquês, ao Cardeal de Motta e este a D. João V. Cf. SERRÃO, J. Veríssimo, *Op. Cit.*, 1982, p.24.

¹⁵ Sobre o futuro Marquês de Pombal, *vide*: SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Op. Cit.*, 1982; e AZEVEDO, João Lúcio, *O Marquês de Pombal e a sua Época*. – Lisboa: ed. Clássica, 2.^aed, 1990.

¹⁶ A pintura representa ao centro o Marquês de Pombal, vestido de negro com a cruz de Cristo ao peito, acompanhado, à direita, por Paulo de Carvalho, e à esquerda por Francisco Xavier. Ladeados por colunas, e protegidos por uma figura feminina que transporta uma tocha, os três irmãos olham em frente, e dão as mãos, entrecruzando-os e formando o número oito – símbolo do infinito, e número simbólico dos Carvalhos (“a estrela de oito pontas”). Cf. DIAS, Rodrigo, *História e Histórias do Jardim Francês em Portugal - A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal na Vila de Oeiras*, 1997, p.70

Sobre esta pintura, consulte-se: CRESPO, Maria Teresa, *O Tecto da Sala Concórdia - no Palácio do Marquês de Pombal em Oeiras (relatório analítico-descritivo sobre uma obra de arte particular)*. – Oeiras: CMO, 2009.

¹⁷ Segundo o arq. Rodrigo Dias, a influência da Condessa sobre o futuro Marquês foi fundamental para a transformação do domínio oeirense num amplo jardim, cujo gosto o mesmo autor vê à francesa, certamente derivado dos amplos e sofisticados parques de Viena d’Áustria. Cf. DIAS, Rodrigo, *A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal*, 1987, pp.10-11.

de 1755 irá acelerar essa construção, dada a necessidade de habitar a casa de Oeiras, já que o *Palácio Pombal* da Rua Formosa em Lisboa havia ficado em ruínas. Assim, era necessário dotar o Palácio de Oeiras de todas as comodidades para que a família Carvalho ali habitasse de acordo com a condição social a que aspirava, só mais tarde concretizada nos títulos de Marquês e posteriormente de Conde. Dava-se assim início ao projecto da Quinta de recreio assinado pelo engenheiro-militar húngaro, Carlos Mardel (c.1695-1763)¹⁸ [Fig.7].

Dois anos depois do terramoto, e como prémio pela acção reconstrutora de Lisboa, Sebastião José de Carvalho e Melo, foi agraciado com o título de 1.º Conde de Oeiras e a terra elevada a Vila, o que levou a que as obras da quinta se intensificassem, animadas de um novo espírito, continuando pelos anos 70, com a construção de inúmeros núcleos de recreio nomeadamente a *Casa da Pesca*, *Jardim* e *Cascata do Taveira*¹⁹.

Somente em 1775, as obras do Palácio e Jardim se davam por concluídas [Fig.8], aproveitando o Marquês de Pombal para convidar a corte de D. José I que ali passaria aquele Verão e o seguinte²⁰. A fim de distrair os seus convidados, o Marquês organizou uma exposição agrícola e industrial, a primeira realizada no nosso país, e certamente a primeira do género na Europa²¹. Este evento marcava o fecho de um período áureo da Quinta, pois em 1777, após a morte de D. José I e subida ao trono de D. Maria I, o Marquês de Pombal é exonerado do seus cargo, e acusado de abuso de poder, corrupção e fraude, tendo sido obrigado a abandonar para sempre Oeiras e desterrado para Pombal, onde morrerá em 1782. Porém, a morte do seu proprietário de renome não fez com que fosse apagada a fama e o prestígio da Quinta, pelo menos nos anos que se seguiram à sua

¹⁸ Carlos Mardel, natural da Hungria, veio para Portugal a 1733, e aqui permaneceu até à sua morte, desempenhando importante papel na arquitectura civil. Em 1747, ascendeu ao lugar de arquitecto dos Paços Reais e Alentejo, e em 1749 foi nomeado arquitecto das Ordens Militares, atingindo em 1751 o posto de coronel engenheiro. Após o terramoto de 1755 ficando como colaborador principal de Eugénio dos Santos na elaboração de planos para a reconstrução de Lisboa, sucedeu-lhe na chefia da Casa do Risco em 1760. Uma vez que faleceu em 1763, o projecto da Quinta de Oeiras foi certamente uma das suas obras tardias. Das suas obras mais conhecidas, ficam os exemplos, o *Aqueduto das Águas Livres*, e o *Chafariz do Rato*, sendo o de maior relevância os diversos planos para a Baixa Pombalina, nomeadamente o do Rossio.

In CORREIA, J. E. Horta, "MARDEL, Carlos", in *Dicionário de Arte Barroca*, 1989, pp.280-283

A escolha deste arquitecto para a elaboração do projecto da Quinta de Oeiras, poderemos supor que se deveu à ligação entre Mardel e o Marquês de Pombal, fortalecida durante a reconstrução de Lisboa pós-terramoto.

¹⁹ Cf. DIAS, Rodrigo, *Op. Cit.*, 1997, p.40.

²⁰ A visita de D. José justificava-se a par da amizade partilhada com o Marquês, pela ida da corte às praias do Estoril que são entre Oeiras e Cascais, para inclusive o rei tratar das chagas que o afligiam. Por outro lado, o clima fresco que os jardins do Marquês proporcionavam, era preferível ao clima quente de Lisboa. Porém, é de recordar que só após a construção da Quinta Real de Caxias (1782), a corte aqui passará a permanecer enquanto frequenta as praias. Cf. RIBEIRO, Aquilino, *Op. Cit.*, 1980, p.50.

²¹ Pinho Leal faz uma descrição pormenorizada dos seus preparativos e da exposição, que em muito explica a importância do evento no contexto da produção industrial portuguesa. Vide LEAL, Pinho, "Oeiras", in *Portugal Antigo e Moderno*, 1873 -1890, p. 213.

morte, uma vez que em Agosto de 1783 a rainha D. Maria I visitava-a²². Somente após esta visita, a Quinta parece ter sido votada ao esquecimento, e só um século depois, aquando da comemoração da morte do Marquês voltaremos a ouvir falar dela²³.

Depois de novo interregno, só em 1939 voltaremos a ter notícia da Quinta, quando os descendentes do Marquês a vendem, a Artur Brandão, que infelizmente se desfez do seu recheio, o que não impossibilitou o reconhecimento da importância deste conjunto enquanto testemunho histórico e cultural, de valor nacional, sendo o Palácio, Jardim, Casa da Pesca e Cascata classificados como Monumento Nacional por Decreto n.º 30 762, DG 225 de 26 de Setembro de 1940²⁴. Actualmente, encontra-se esta classificação «em vias de classificação», uma vez que se pretende alargar a classificação a toda a extensão da Quinta **[Fig.10 e 11]**.

Em 1958, A. Brandão decide vender a Quinta repartindo-a pelos seguintes proprietários: o palácio e os jardins da Quinta de Baixo são adquiridos pela Fundação Calouste Gulbenkian²⁵ e a Quinta de Cima adquirida pela EAN. Quase vinte anos depois, após a saída da colecção Gulbenkian do Palácio a FCG cede ao INA aquele espaço **[Fig.9]**, instalando ali a sua sede e que ainda hoje ali permanece, todavia já sob a tutela da CMO que adquiriu o imóvel e os seus jardins entre 2003/2004²⁶.

Face à divisão da Quinta pela Rua do Aqueduto e pelos diferentes proprietários, a Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal ficou desde então conhecida como Quinta de Baixo e Quinta de Cima, pelas quais se distribuem os diversos espaços que compõem a Quinta de Recreio. Porém, face ao nosso entendimento da Quinta como um «todo»,

²² Vide Documento 2.

²³ O artigo “Visita de suas majestades a Oeiras” publicado no jornal *O Occidente*, em Novembro de 1891 (p.247), pouco depois da comemoração do primeiro centenário da morte do marquês, traz à memória as «magníficas salas» onde se poderiam observar obras de arte.

²⁴ Curioso será verificar que em 1953, o conjunto recebe nova classificação por Decreto n.º 39 175, DG 77 de 17 Abril 1953. A consulta dos processos do Arquivo da DGEMN, permitiu averiguar que esta segunda classificação ocorreu devido a um erro de uma das Secções que tratou do processo de classificação. Porém, numa carta de Artur Brandão a contestar a classificação de 1940, este diz-nos que “*depois da reclamação do proprietário foi, (...) suspenso o Decreto n.º30.762 de 26 de Setembro de 1940 e assim se conservou durante mais de doze anos, até ser publicado o Decreto n.º39.175, de 17 de Abril de 1953, que de novo declarou monumento nacional o Palácio dos Marquês de Pombal, abrangendo o Jardim, Casa da Pesca e Cascata junta*”. Cf. Carta de Artur Brandão enviada ao Ministro da Educação Nacional/Direcção Geral do Ensino Superior e de Belas Artes, 3.ª Secção L.º, 6-B-Nº608, in *PTDGEMN:SARH-010/175-0037*, Arquivo da DGEMN.

²⁵ Que instala no Palácio a colecção de Calouste Gulbenkian, cuja colecção iria mais tarde, dar origem ao Museu Calouste Gulbenkian em Lisboa.

²⁶ No que diz respeito aos jardins, a CMO procedeu após a compra à sua recuperação e abertura aos visitantes.

adoptámos a leitura dos espaços artísticos, arquitectónicos e paisagísticos partindo do percurso que um visitante de Setecentos poderia fazer²⁷.

Analisemos todos os elementos desta Quinta para a entendermos enquanto testemunho histórico, cultural, artístico e arquitectónico, e na qual a Casa da Pesca está inserida [*Fig.12*].

2. - Uma Quinta de Recreio

2.1 *Do Palácio ao Jardim*²⁸

Outrora inserido num espaço de altos muros que impediam os olhares indiscretos, o *Palácio* está hoje posto a descoberto por baixos muros que permitem visualizar toda a área, inclusive o jardim envolvente [*Fig.13*].

Numa Quinta de Recreio, sem sombra de dúvida que o Palácio ressalta enquanto centro de poder e de prestígio do proprietário, e disso é exemplo o Palácio de Oeiras, cuja traça se deve ao mentor do projecto da Quinta, Carlos Mardel. Porém, a construção do Palácio ter-se-á iniciado muito antes, como se pode verificar pela arquitectura e pela análise da planta [*Fig.14*]. O palácio é formado por dois núcleos: um de planta rectangular, que corresponde à origem do *Morgadio de Oeiras* instituído pelo arcebispo patriarcal Paulo de Carvalho, cujos sobrinhos vieram de resto engrandecer com um segundo corpo arquitectónico de planta trapezoidal²⁹.

No corpo central [*Fig. 15 a 17*] ergue-se uma escadaria cenográfica de duplos lanços, que dá acesso ao piso nobre do Palácio, rematado por frontão triangular onde se

²⁷ Ainda que apoiando-nos nos esquemas e plantas da Quinta, e até num percurso que actualmente se realiza em visita aos jardins do Palácio, a leitura dos espaços da Quinta foi igualmente conseguida a partir de uma visita realizada por nós à Quinta, iniciada no Palácio e terminada na Abegoaria. Todavia, não faz parte do percurso dos visitantes a visita ao interior do Palácio ou à Abegoaria.

²⁸ Sobre o Palácio de Oeiras *vide*: RAPOSO, Hugo, “O Palácio do Conde de Oeiras” in *Olisipo*. – Lisboa, N.º 100, Out. 1962; *Palácio dos Marqueses de Pombal e Jardins*. – Lisboa: ed. FCG, 1965 (catálogo); MECO, José, *Azulejaria no Concelho de Oeiras, O Palácio Pombal e a Casa da Pesca*. – Cadernos da Biblioteca Oeirense, 1982, pp.21-33; e IDEM, “O Palácio e a Quinta do Marquês de Pombal, em Oeiras (Algumas notas sobre a arte no tempo de Pombal)” in *Pombal Revisitado*. – Lisboa: ed. Estampa, 1984, vol.II, pp.158-174.

²⁹ O primeiro corpo do palácio foi designado por José Meco de “corpo joanino”, e apontado como uma construção do final dos anos 30 e in. de 40, enquanto que o que segundo, apontando como dos anos 50-60. A vontade de aumentar o palácio, enquanto esforço conjunto dos três irmãos, não foi impeditivo que um deles deixasse a sua marca. Pois, a inscrição que se encontra sobre a porta lateral do palácio e uma das contas da capela divulgada por José Queirós dão-nos conta que este corpo secundário foi iniciado e construído por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Cf. MECO, José, *Op. Cit.*, 1982, p.21 e pp.24-25.

inscrevem as armas dos Carvalho coroadas pela coroa de Conde³⁰; ela permite também o acesso ao terraço de balaustradas que se curva sobre toda a quinta, e que fecha a entrada do palácio numa espécie de pátio em forma de U, onde surgem novamente as armas heráldicas como forma de ostentação. Ainda neste pátio junto à escadaria, destacam-se duas grandes estátuas que representam *Polifemo* e *Briareu*, e que para muitos autores estão descontextualizadas do seu local original, pois pensa-se que pertenceriam aos dois nichos laterais da *Cascata do Taveira*, a que voltaremos mais adiante.

O segundo corpo, que duplicou consideravelmente a área do Palácio, de formato trapezoidal seria triangular não fosse a inserção da **Capela de N. Sra. das Mercês**³¹ [Fig.17 e 18] em charneira entre os dois corpos.

Relativamente à arquitectura do palácio, que é característica do estilo pombalino generalizado após o terramoto, e quanto à sua autoria, diz-nos Carlos de Azevedo: “*se, por um lado, a secura e economia do estilo são patentes na simplicidade das fachadas, é inegável certo dinamismo no coroamento de todo o edifício, sendo muito característica a linha ondulante dos telhados e as típicas mansardas da época. O emprego do telhado duplo, de origem germânica, é mais uma razão para confirmar a intervenção de Mardel, sabendo-se que foi ele a introduzi-lo em Portugal e que já o ensaiara em outros edifícios (...)*”³².

Quanto ao **interior do Palácio**, apresenta inúmeras salas onde ainda se conservam tectos em estuque relevado ilustrando temas do quotidiano e da mitologia greco-romana, e painéis de azulejos de diferentes épocas. Os estuques de Giovanni Grossi, já citado em nota de rodapé³³, a propósito da Capela, podem ser observados na maioria das salas, cuja designação faz referência ao tema representado, como a sala da *Música*, da *Caça*, ou das *Ciências*. Além dos estuques, encontramos duas estátuas que decoram a *Sala de Jantar* (actual Biblioteca do INA) [Fig.19 a 22], e que são da autoria de J. Machado de Castro (1731-

³⁰ O emblema heráldico (brasão) da família Carvalho distingue-se pela presença de “(...) *uma estrela de ouro de oito raios entre uma quaderna de crescentes de pedra*”, podendo ser sobrepujado por “*um cisne de prata, membrado de ouro, com a estrela de escudo no peito*”. Cf. “401-CARVALHO” in MATOS, Armando de, *Brasonário de Portugal*, 1940, 1.º vol., p.106.

³¹ A semelhança dos vários palácios e solares barrocos, a capela está adossada do lado esquerdo do palácio (quando não está à direita), e apresenta uma volumetria modesta, mas rica decoração interior em estuque que reveste as abóbadas e as paredes de temática religiosa e simbólica maçónica. A autoria é de Giovanni Grossi (1718-1781), que desde a sua chegada a Portugal (1748), recebeu protecção do marquês de Pombal, e para o qual fez inúmeras obras em estuque, o Palácio Pombal da Rua Formosa, na actual Rua do Século; o Palácio Alvor, hoje Museu Nacional de Arte Antiga; e ainda os ornatos do Palácio de Oeiras e Casa da Pesca. Vide SILVA, Hélia *Giovanni Grossi e a Evolução dos Estuques decorativos no Portugal setecentista*. - Lisboa, 2005, 2vols. (Dissertação de tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

³² GIL, Júlio, *Os Mais Belos Palácios de Portugal*, 1992, p.159

³³ Vide nota 31.

1822)³⁴. Trata-se da representação de *Alfeu* e *Aretusa*, que estão de frente para dois lavatórios com sereias de alabastro, hoje, a par dos painéis de azulejos, desvalorizados pelas estantes de livros da biblioteca³⁵.

Como se depreende, o Palácio é um imponente edifício que foi pensado em plena articulação com o jardim, dada a abertura da própria sala de jantar para um amplo terraço, o Terraço das Araucárias, permitindo deste modo um fácil acesso entre o Palácio e o Jardim.

Fazendo de certo modo a ponte entre o Palácio e o Jardim, está a ***Casa dos Coches*** [Fig.23] actualmente ocupada pela CMO.

2.2 O Jardim e demais estruturas³⁶

A implantação e a organização dos jardins da Quinta do Marquês de Pombal foram determinadas pela adição de diversos terrenos, e também pela topografia do terreno que se revela junto do palácio sem qualquer declive, e a norte, na designada Quinta de Cima, com diversos declives, pelos quais se distribuem as diversas estruturas de recreio. Assim, o Jardim reparte-se por dois núcleos e/ou centros distribuídos pela Quinta de Baixo e Quinta

³⁴ Ambas as estátuas estão assinadas e datadas de 1774. Vide RODRIGUES, Ana Duarte, *Escultura de vulto figurativa do Laboratório de Joaquim Machado de Castro (1771-1822): produção, morfologia, iconografia, fontes e significado*, 2004, 1.º vol., pp.205-207.

Joaquim Machado de Castro era natural de Coimbra e recebeu do pai o gosto pela escultura, pela qual desde cedo revelou apetência. Em 1756 esteve em Mafra a trabalhar, onde completou a sua formação humanista, consolidando o gosto clássico, e trabalhando com o escultor romano Alexandre Giusti. Das suas obras mais importantes destaca-se a estátua equestre de D. José I (1775, no Terreiro do Paço), bem como a estatúaria da Basílica da Estrela, da Quinta Real de Caxias, a do Palácio de Belém, e o programa escultórico neoclássico do Palácio da Ajuda. A par da extensa obra escultórica, teve ainda tempo de realizar algumas obras teóricas como por exemplo, o *Dicionário de escultura: inéditos de história da arte* (c.1812).

Cf. PEREIRA, José Fernandes, “Castro, Machado de Castro” in *Dicionário de Arte Barroca*, 1989, pp.111-114; LIMA, Henrique de Campos Ferreira, *Joaquim Machado de Castro – escultor conimbreense*, 1925; e, RODRIGUES, Ana Duarte, *Op. Cit.*, 2004, 2vols..

³⁵ A nossa investigação permitiu que encontrássemos fotografias do início do século XX nas quais é possível observar a antiga sala de jantar livre de qualquer elemento que impeça a observação deste conjunto.

³⁶ Sobre a história e construção de jardins no século XVIII em panorama internacional consultámos: GOTHEIM, Marie Luise, *A History of garden art.* – New York: Hacker Art Books, 1966; e KLUCKERT, Ehrenfried, *Grandes jardines de Europa - desde la Antigüedad hasta nuestros días.* - Colónia: h.f.Ullman, 2007; e em contexto português, em que se insere esta Quinta: CARAPINHA, Aurora, *Da essência do Jardim Português.* - Évora, 1995, 2vols. (Dissertação de Doutoramento de Artes e Técnicas de paisagem apresentada à Universidade de Évora) CASTEL-BRANCO, Cristina, *O Lugar e o Significado: os jardins do Vice-Rei.* – Lisboa: 1992, 2vols. (Dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa); e LEITE, Ana Cristina, *O Jardim em Portugal nos Séculos XVII e XVIII - Arquitecturas, Programas, Iconografias.* – Lisboa, 1988, 3vols. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Em relação ao jardim da Quinta de Oeiras, seguimos os estudos de Rodrigo Dias: *A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal*, 1987; e *História e Histórias do Jardim Francês em Portugal - A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal na Vila de Oeiras.* – Oeiras: CMO, 1997.

de Cima: um a sul, em torno do *Palácio*, no qual se dispõem o *Terraço das Araucárias*, o *Jardim de Buxo*, a *Escada Nova*, a *Gruta* e o *Jardim das plantas aquáticas*, o *Terraço de Jogos*, o *Jardim das Flores*, a *Escadaria e Fonte dos Embrechados*, o *Cais de Embarque*, a *Cascata dos Poetas*, a *Fonte das Quatro Estações*, o *Terraço das Merendas*, a *Adega* e o *Lagar*, estruturas que definem o designado “*Jardins do Palácio do Marquês de Pombal*”; e outro, a norte, organizados em redor da *Casa da Pesca*, distribuindo-se a *Cascata da Fonte do Ouro*, a *Casa dos Bichos-da-Seda*, e mais adiante a *Abegoaria* [Fig.24 e 25]. Já o *Pombal* surge-nos no Jardim como um ponto de fuga na paisagem, do qual partem uma série de eixos, ou perspectivas que interceptam sempre as estruturas notáveis do jardim³⁷.

Analisando a planta da Quinta, verificamos que é a partir do espaço defronte do palácio que foi traçada a malha geométrica do *Jardim*³⁸, com a estrutura assente na Ribeira das Lajes, Alameda dos Loureiros, e caminho que liga a Casa da Pesca e o Terraço das Merendas. Estes eixos organizam não só o jardim, como estruturam, e desenvolvem os demais caminhos, bem como ainda articulam as diversas estruturas de recreio com a componente agrícola da Quinta.

Seguindo caminho na nossa visita ao jardim, e saindo da sala de jantar do Palácio em direcção àquele, entramos no *Terraço das Araucárias* [Fig.26 a 28], um espaço rectangular delimitado por muros revestidos de azulejo de temática alusiva à caça, ainda que com um ou outro *putti* a marcar os cantos do terraço. Ao longo do mesmo várias conversadeiras permitem o descanso e visualizar todo o jardim. Ao centro do terraço, um pequeno lago quase ao nível do chão é ladeado pelas duas árvores *Araucárias*³⁹, que tornam o terraço mais recatado e fechado.

Para além do azulejo, decoram ainda este terraço várias estátuas de deuses mitológicos - *Flora*, *Ceres*, *Pomona*, *Baco*, entre outros, colocados nos cantos do terraço e à entrada da *Escadaria Nova*⁴⁰.

Junto à fachada do Palácio há ainda uma série de bustos sobre plintos, certamente de imperadores romanos ou outras figuras históricas, *exempla*, como se irá observar, na fachada virada para o *Jardim de Buxo* [Fig.29 e 30]. Este encontra-se para Oeste no segmento do *Terraço das Araucárias*, mas cuja entrada é ainda marcada por um terraço de

³⁷ Cf. *Op. Cit.*, 1987, p.37.

³⁸ O arq. Rodrigo Dias que se tem dedicado ao estudo desta Quinta elaborou dois subcapítulos dedicados a esta questão do traçado e organização espacial geométrica dos jardins, elaborando uma série de esquemas bastantes esclarecedores, alguns dos quais reproduzidos neste trabalho. *Vide Op. Cit.*, 1987, pp.26-33.

³⁹ Segundo informações prestadas no local, estas duas árvores constituem a vegetação mais antiga da quinta.

⁴⁰ Sobre estas estátuas, *vide* RODRIGUES, Ana Duarte, *Op. Cit.*, 2004, 2 vols..

menor dimensão, igualmente decorado a azulejo, que faz a ligação entre o *Terraço das Araucárias* e o *Jardim de Buxo*. A entrada deste é assinalada por estátuas de dois cães, havendo duas outras, no centro deste jardim, marcando a entrada de uma escadaria. Em termos espaciais, este jardim é definido por três rectângulos de buxo⁴¹, apresentando o central um lago semelhante ao das Araucárias. Em segmento frontal ao lago, encontra-se a escadaria cujos muros revestidos a azulejo repetem a mesma temática dos terraços anteriores, revelando cada vez mais o papel do azulejo como registo das vivências sociais no jardim e no campo⁴². Também neste pequeno jardim estas cenas surgem na sua máxima expressão.

Saindo do *Jardim de Buxo*, e regressando ao terraço intermédio, descemos pela ***Escada Nova [Fig.31 e 32]*** de três lanços decorados com azulejos brancos, amarelos e ocres, na qual está escondida uma pequena gruta com fonte. A escada é ladeada por dois grandes tanques destinados a plantas aquáticas.

A *Escada Nova*, de frente para a Ribeira da Lajes, encaminha-nos para o ***Terraço de Jogos [Fig.33]***, onde decorria o jogo da pela. O terraço é um amplo corredor de planta rectangular limitado pelo muro da Ribeira onde se inserem conversadeiras e por um banco, a Norte, revestido de azulejo, com encosto recortado e alto.

Contíguo a este Terraço, junto da fachada sul do Palácio, está o ***Jardim das Flores [Fig.34 e 35]***, onde outrora se encontrava um “(...) *laranjal plantado em quicôncio, segundo as boas regras introduzidas pelo Marquês*”⁴³, e que deu lugar a um jardim modernista em 1965 da autoria do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles⁴⁴. Um dos elementos setecentistas que permaneceu foi um chafariz de forma circular onde se desenham as armas heráldicas da família Carvalho.

De frente para a fachada sul do palácio, observamos o Terraço das Araucárias, já citado, e a ***Escadaria da Fonte dos Embrechados [Fig.36 e 37]*** que serve de acesso

⁴¹ Em cuja concepção está presente a lógica geométrica da divisão em quatro, que remete para a ideia dos quatro rios do Paraíso.

⁴² A este propósito consulte-se CÂMARA, Maria Alexandra Gago da, “*A Arte de Bem Viver: A Encenação do Quotidiano na Azulejaria Portuguesa na Segunda Metade de Setecentos*.” - Lisboa, FCT/FCG, 2005.

⁴³ RIBEIRO, Aquilino, *Op. Cit.*, 1980, p.52

⁴⁴ O projecto intitulado *Reintegração Histórico-Artística dos Jardins e Quinta dos Marquês de Pombal* pretendia constituir um passo original para o desenvolvimento da arte dos jardins e do paisagismo nacional, ao pretender que aquele local funcionasse como espaço de exposição permanente e actualizada de grande número de variedades florais, introduzindo e divulgando novas espécies botânicas e variedades cultivadas. O primeiro espaço a ser intervencionado foi o intitulado *Jardim das Flores*. Cf. *Palácio dos Marquês de Pombal e Jardins*, 1965 (catálogo). *Vide* sobre este projecto modernista: TELLES, Gonçalo Ribeiro, “Jardins do Palácio dos Marquês de Pombal, Oeiras” in *Architêti*, 1994, nº 25, pp.56-57.

àquele Terraço. A *Escadaria* é de duplos lanços convergentes, revestidos de azulejo de temática alusiva ao quotidiano e à caça, em semelhança aos anteriores registos. Porém, a temática que ressalta do conjunto é a mitológica⁴⁵, já que em grande dimensão duas cenas ladeiam a *Fonte dos Embrechados* que ainda conserva a representação das armas heráldicas da família⁴⁶.

A sul, o jardim é limitado por vedação do antigo horto, onde funciona um parque de estacionamento do INA.

Voltando para a *Escada Nova*, e atravessando a Ribeira das Lajes, pela ponte no eixo fronteiro à ***Cascata dos Poetas***, observamos do lado direito o *Cais de Embarque*, onde outrora o Marquês de Pombal apanhava uma embarcação e passeava pela ribeira, mas cujo estado actual deixa muito a desejar, já que revela o abandono a que foi deixado, estando completamente cheio de vegetação⁴⁷ [Fig.38].

Seguindo o eixo demarcado pela terra batida, vamos ao encontro da ***Cascata dos Poetas*** [Fig.39], construída com pedra trabalhada em rústico e formada por três corpos com arcarias. O corpo central é o mais elevado e é definido pela fonte na qual está Neptuno ladeado por dois golfinhos. Este corpo central é ladeado por dois pavilhões de planta quadrada, em cujos terraços estão os bustos dos quatro poetas *Homero*, *Virgílio*, *Tasso* e *Camões*, e que são da autoria de J. de Machado de Castro⁴⁸. Aos mesmos tem-se acesso por duas escadarias laterais colocadas junto aos pavilhões.

Do lado direito da *Cascata dos Poetas*, um caminho leva-nos até um terraço quadrangular em cujo centro está a ***Fonte das Quatro Estações*** [Fig.40], e onde outrora estava uma horta ajardinada e/ou jardim de buxo⁴⁹, bem demarcado por pares de pilares encimados por bustos. Todavia, o espaço actual em nada evoca esse jardim setecentista,

⁴⁵ As duas cenas mitológicas pintadas de azul, relatam a história de *Vénus* e *Marte*, e em carácter de contraponto a de *Persu* e *Andromeda*. Vide GRIMAL, Pierre, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, 1999.

⁴⁶ Actualmente a fonte encontra-se protegida por um vidro colocado pela CMO, que impede a entrada de chuva e vento, prejudicial à sua conservação.

⁴⁷ Este cais era um outro espaço de recreio, onde os visitantes e o Marquês poderiam entrar para um barco e passear pela ribeira, como se de um verdadeiro “canal de recreio” se tratasse e, ao qual se juntaram outros elementos, as pontes. Este pequeno cais e canal, relembra o do Palácio de Queluz construído entre 1752 e 1755, mas cuja dimensão arquitectónica e artística ultrapassa em grande escala o de Oeiras. Ainda assim deverá ser tido como referência, já que se trata de um elemento de jardim por excelência como pretendeu ser também o de Oeiras, ainda que tenha sido votado ao esquecimento.

⁴⁸ Cf. MECO, José, *Op. Cit.*, 1982, p.32.

Vide sobre estas esculturas: RODRIGUES, Ana Duarte, *Op. Cit.*, 2004, 1.ºvol., pp.209-210.

⁴⁹ R. Dias defende a hipótese que este “jardim” dentro de jardim devia possuir uma reticula de desenhos de topiária de buxo, a limitar canteiros coloridos por vegetais e flores para prazer e uso exclusivo da casa. Cf. DIAS, Rodrigo, *Op.Cit.*, 1987, p.49.

uma vez que foi modificado com o projecto modernista do arq. G. Ribeiro Telles⁵⁰. Ainda assim, a *Fonte* não foi afectada podendo observar-se as quatro personificações das estações do ano. Atrás destas figuras ressalta a ***Adega-Celeiro [Fig.41]***, ornamentada por arcos e pilares sobrepujados por bustos de mármore branco representativos dos imperadores romanos⁵¹, ao qual está adossado, a poente, o ***Lagar de Azeite***, um edifício muito sóbrio exteriormente, em contraste com a *Adega*.

Em eixo de ligação entre a *Fonte* e a *Adega*, encontra-se o ***Terraço das Merendas***, espaço limitado por gradeamento e colunas de mármore encimadas por vasos para o qual se tem acesso por escadaria semi-circular. No terraço, estão dispostas simetricamente duas grandes mesas de calcário, assim como dois tanques laterais a elas, onde outrora os visitantes se deleitavam com o jardim.

Chegados à *Adega* e ao *Terraço das Merendas*, a leitura do jardim continua pelos núcleos de recreio da Quinta de Cima através da passagem dos portões que lhe dão acesso na Rua do Aqueduto ***[Fig.42]***. A partir de um dos portões observamos, que esta parte da Quinta é constituída fundamentalmente por campos agrícolas e espaços verdes⁵², onde se insere uma área de reserva natural, e onde se produz inclusive o vinho de Carcavelos desde o tempo do Marquês. A estas áreas associam-se as estruturas de recreio (casas, pavilhões e cascatas) cuja disposição e arquitectura são disso exemplo.

Subindo pela *Alameda dos Loureiros* em direcção à *Casa da Pesca*, é fácil imaginar que por esta encosta se espalhavam renques, loureiros, buxos, e amoreiras⁵³.

Em eixo frontal à *Casa da Pesca*, junto à margem esquerda da Ribeira, ergue-se a ***Casa dos Bichos-da-Seda [Fig.43]***, actualmente uma construção vulgar, face à sua degradação. Isenta de decoração, ao contrário de um ou outro objecto arquitectónico utilitário da quinta, a fachada poente apresenta uma sequência de arcadas que estabelecem ligação com um tanque fronteiro.

Próximo desta, situa-se a ***Cascata da Fonte do Ouro [Fig.44 e 45]*** cujo abandono deixou com que fosse invadida pela vegetação e perdida a sua caracterização arquitectónica

⁵⁰ O novo jardim foi configurado à semelhança dos jardins de água, tipo dos de Conímbriga e dos do Paço do Bispo em Castelo Branco.

⁵¹ Sobre o interior do edifício, sabemos que em muito se assemelha ao “estilo chão”, evocando em ponto pequeno a mãe de água das Amoreiras, também da autoria de Mardel. “(...) *As abobadas de aresta suportadas por potentes pilares rectangulares fazem pensar nas igrejas – salão.*” in GOMES, Maria do Céu Sousa, *Op. Cit.*, 1998, p.145, Fotos LXIII a LXX.

⁵² Os tanques e as mães de água que distribuem a água para as cascatas e demais núcleos recreativos, servem ao mesmo tempo para irrigar estas zonas.

⁵³ Cf. GOMES, Maria do Céu Sousa, *Op. Cit.*, 1998, p.149.

original, somente reconhecida pela análise do desenho do seu projecto ou através da descrição que consta do *Memorial histórico ou Coleção de memórias sobre Oeiras: desde o seu princípio, como lugar e Cabeça de Julgado e depois vila (Com o título de Condado e Cabeça do Concelho)*⁵⁴.

Acima desta cascata está o **Pombal [Fig.46]**, isolada construção octogonal de certo aparato em posição sobranceira junto ao muro leste, pelo que estabelece fortes eixos visuais com quase todos os elementos construídos da Quinta. Para além da sua função, que está implícita na designação, é uma casa de fresco, um lugar aprazível, especialmente na sua área de inserção onde se caçavam pombos bravos.

Depois do *Pombal* e já nos limites a norte da Quinta, situa-se a **Abegoaria [Fig.47]**, um edifício de planta hexagonal destinado ao fabrico de lacticínios, a que está adjacente um extenso pátio para o qual se entra após transpor um portão. Curioso será verificar que a fachada reproduz o Palácio, ainda que em miniatura, com escadas de duplos lanços convergentes, apresentando na parte superior uma pequena balaustrada com o mesmo desenho que caracteriza a da escadaria do Palácio.

A par da função produtiva poderia ainda possuir uma função secundária, assemelhando-se a uma torre de vigia, porque permite vigiar toda a propriedade⁵⁵.

Junto à *Abegoaria* é possível observar o **Aqueduto do Arneiro [Fig.48]**, também ele um elemento fundamental no jardim, uma vez que conduz a água até à *Cascata do Taveira* alimentando o tanque que permite regar os campos junto à ribeira. Correndo perpendicular às alamedas principais de sentido norte-sul⁵⁶, o aqueduto associa-se ainda à *Casa dos Bichos-da-seda*, e à **Mãe de Água** de planta circular e mesa⁵⁷ [Fig.49]. A par desta, são várias as *Mães de Água* que se apresentam cuidadosamente em termos arquitectónicos e artísticos, podendo ser igualmente usufruídas enquanto casas de fresco.

⁵⁴ “A segunda Cascata está ao pé do sítio chamado Fonte do Ouro, tem a sua represa em sítio muito elevado, toda de abóbada que se pode passear por cima dele, e para o lado da Cascata tem uma varanda aberta; a água vê-se correr por muitas bacias estreitas, até ao sumidouro, que fazem bom efeito, ao mesmo tempo que saía debaixo um repuxo a mais de metade da altura da cascata, este repuxo saía do meio de um grande lago de mármore qual representa as Armas da Casa de Pombal, isto é uma estrela circundada de quatro crescentes e do meio da estrela sai com força o repuxo; do alto da represa até ao pavimento da Quinta há escadaria de um (e) outro lado, sempre coberta de arvoredo, o que faz este sítio escuro e reservado pelo seu pórtico” in *Memorial histórico ou Coleção de memórias sobre Oeiras: desde o seu princípio, como lugar e Cabeça de Julgado e depois vila (Com o título de Condado e Cabeça do Concelho)*, 1982, vol.II, p.384.

⁵⁵ Cf. GOMES, Maria do Céu Sousa, *Op. Cit.*, 1998, p.149.

⁵⁶ É de associar este pequeno aqueduto ao *Aqueduto das Águas Livres* do eng.-militar Carlos Mardel.

⁵⁷ DGEMN - *Inventário do Património Arquitectónico*, IPA nº PT031110040071 (Quinta do Marquês de Pombal). In www.monumentos.pt, 2006

2.^a PARTE

A CASA DA PESCA

A Casa da Pesca, denominação que aqui utilizamos para a definição abrangente de um dos núcleos de recreio da Quinta do Marquês de Pombal, é um espaço constituído por: jardim, cascata, tanque e casa [Fig.50 a 52]. Outrora “*o recanto de prazer mais espectacular e cenográfico do século XVIII*”, como a ele se refere José Meco⁵⁸, chegou aos nossos dias em completo estado de abandono, de degradação e consequente desvalorização.

Os poucos estudos que se têm vindo a dedicar à sua valorização através da análise histórico-artístico e/ou denúncia do seu estado de conservação lançaram dados relevantes, ainda que parciais e algo dispersos. Nesse sentido, ao efectuarmos um levantamento desses dados completámo-los com outros por nós encontrados, e que nos permitiram constatar o valor patrimonial da Casa da Pesca. Por outro lado, a futura proposta não estaria completa sem antes referirmos ainda, após um enquadramento topográfico e histórico, os aspectos do estado de conservação, fazendo referência às obras de restauro e conservação e os projectos de intervenção outrora pensados para o conjunto.

1. - Enquadramento topográfico e histórico

O conjunto denominado Casa da Pesca localiza-se a norte do Palácio, na designada Quinta de Cima, cujo acesso se faz mediante a passagem dos portões da Rua do Aqueduto e subida da Alameda dos Loureiros. Esta Quinta foi formada, como já citado, através da agregação de diversas quintas, entre elas a Quinta do Taveira⁵⁹, área onde foi construído o conjunto. A Quinta do Taveira foi adquirida após o terramoto de 1755, acontecimento que proporcionou aos irmãos Carvalho a aquisição de diversas propriedades e terrenos agrícolas adjacentes ao Palácio do Morgadio, uma vez que, muitas dessas propriedades haviam ficado com as casas e outras construções arruinadas, sem que os seus proprietários tivessem meios de as reconstruir⁶⁰.

⁵⁸ Cf. MECO, José, *Op. Cit.*, 1984, vol.II, p.169.

⁵⁹ Cuja designação, segundo Jorge Miranda “(...) *radicará no facto de ter pertencido, em 1570, a António Taveira. O antropónimo foi adoptado como topónimo*”. O mesmo autor realiza ainda um profundo estudo sobre esta Quinta, dando-nos mais informações relativas à sua localização geográfica em Oeiras e história dos seus proprietários. Cf. MIRANDA, Jorge, “Quinta do Taveira: Triunfo sobre o esquecimento”, 1999, p.7.

⁶⁰ GOMES, Maria do Céu Sousa, *Op. Cit.*, 1998, pp.52-53

Relativamente ao enquadramento topográfico do conjunto, a sua construção foi pensada de acordo com os factores geomorfológicos do terreno tal como havia acontecido com o jardim do Palácio [Fig.53]. Ao contrário do terreno plano sem desníveis que caracteriza este jardim, o conjunto da Casa da Pesca distribui-se por vários níveis de diferentes cotas, localizando-se num recanto da encosta do vale e a Oeste da Ribeira da Laje. A proximidade da Ribeira favoreceu o encaminhamento directo da água à Casa, utilizada tanto para a rega dos campos agrícolas envolventes como para efeitos de lazer (caso das cascatas e do tanque)⁶¹.

Em relação aos restantes núcleos desta Quinta [Fig.24], a Casa da Pesca situa-se no alinhamento da *Adega*, cujo eixo convergente entre os núcleos se apresenta paralelo ao eixo principal (Alameda dos Loureiros) do traçado do jardim, acompanhando de resto toda a malha geométrica do mesmo. Fronteiro ao conjunto, num alinhamento quase rigoroso situa-se a *Cascata da Fonte do Ouro*, também há muito esquecida e abandonada. Pela disposição geométrica do conjunto verificamos o jogo das vistas pretendido, que já havíamos referido pela disposição sobranceira do Pombal.

Quanto à disposição de cada objecto arquitectónico da Casa da Pesca, no primeiro patamar, em cota baixa, situa-se o *Jardim*; no segundo patamar, em cota alta, dispõem-se a *Cascata do Taveira* e *Casa da Pesca*. Esta disposição foi certamente pensada para tirar melhor partido do recreio e prazer, já que a mesma cria um efeito-surpresa, uma vez que, vindo do jardim, não damos conta da existência da Cascata e da Casa. Por outro lado, sem sombra de dúvida que o favorecimento dos factores naturais, acima citados, acresceu da escolha do ordenamento do conjunto.

A aquisição do terreno, após 1755, leva-nos a crer que a construção terá ocorrido somente alguns anos depois, uma vez que apoiados no documento “*RELAÇÃO Da despesa que até ao presente se tem feito com a Cascata Taveira*”⁶² de 23 de Dezembro de 1769 sabemos que

⁶¹ Todos os elementos construídos com e para a água emanam a natureza do jardim. “É a água com o seu percurso e com as diferentes formas que nele apresenta, o garante da integridade espacial da quinta de Recreio, espaço de muitos espaços feitos”. Os tanques, as noras e os poços nasceram da necessidade de reter, preservar e distribuir a água dentro do jardim e quinta. Deste modo, estas estruturas apresentam um carácter lúdico e ornamental, mas sobretudo de função utilitária. Mais do que um valor decorativo e animador, a água é o elemento vital para a existência de qualquer jardim e quinta, enquanto espaço construído com material vivo. Cf. CARAPINHA, Aurora, “A Água” in *Da Essência do Jardim*, 1995, 1.º vol., pp.312-323.

⁶² Documento revelado por José Queirós in “Casas de Portugal, III - Oeiras” in *Terra Portuguesa Revista Ilustrada de Arquitectura, Artística e Etnografia*. – N.ºs 31-32, Janeiro de 1922, p.122), e que transcrevemos em anexo no Documento 4.

Um outro documento, uma escritura da compra de um terreno “(...) no citio das Corrodouras [sic], a Joana da Conceição (...)” revela-nos um pouco mais da envergadura deste projecto. Acrescentando que a compra se

ainda decorriam obras na Cascata do Taveira. O mesmo documento revela as despesas dessas mesmas obras, dando informações interessantes, como por exemplo, a vinda de lageados do Murtal e pedra do Amaro⁶³, ou ainda mais relevante para o estudo, o encarregado das obras, o eng. militar José Monteiro de Carvalho (-1780)⁶⁴. Todavia, o mesmo documento não faz qualquer referência ao início e/ou termo da obra, nem ao autor do projecto deste conjunto. Mas têm sido vários os autores⁶⁵ a atribuir este projecto a Carlos Mardel, arquitecto responsável pelo Palácio e Quinta de Oeiras. José Meco, justifica a sua escolha face ao “(...) *carácter sóbrio e equilíbrio do conjunto, a depuração ornamental (preferência acentuada por cantarias rusticadas) e o gosto pelas superfícies de suporte curvas, contribuindo para a dignidade e imponência do projecto pela recusa de efeitos pomposos*”⁶⁶.

De facto, a similaridade deste projecto com outros de Mardel é notória enquanto espaço arquitectónico de linhas simples e depuradas, por outro lado, parece-nos um pouco incoerente que um projecto desta envergadura, como a construção de uma quinta de recreio cujo enquadramento revela preocupações de organização e disposição arquitectónica e paisagística tenha sido obra repartida por diversos arquitectos. Ou seja, parece-nos acertado pensar que tenha sido um só arquitecto a elaborar um só projecto para a Quinta, dada a ligação de todos os elementos constituintes através de uma malha geométrica bastante rigorosa, como já havíamos referido. Mas o facto de Mardel morrer em 1763 e a as obras do conjunto estarem a decorrer entre 1769 e 1770, não exclui esta hipótese, pois Monteiro de Carvalho pode ter sido encarregado de executar o projecto de Mardel⁶⁷.

devia “(...) *para de abrir a agua que deseja, e encanar para a Cascata grande do Taveira*”. Cf. *Morgado de Oeyras*, Tomo III, fl.85 (parte II), in *Op. Cit.*.

No Arquivo Pombalino a grande quantidade de documentos dos mais diversos assuntos, e a falta de um inventário do mesmo fez com que a nossa pesquisa apenas se centrasse nas obras e documentos mais relevantes, bem como noutros dados a conhecer pelos autores que já haviam estudado a Quinta de Oeiras.

⁶³ Interpretamos estes dois locais, como sendo o Murtal, da freguesia da Parede, concelho de Cascais, e Amaro de Santo Amaro de Oeiras.

⁶⁴ José Monteiro de Carvalho “*era capitão dos privilegiados da Religião de Malta e frequentara a aula da esfera no Collegio de Santo Antão e a Academia das fortificações, quando foi nomeado ajudante de infantaria com exercício de engenheiro para a provincia de Trás-os-Montes*”. Em 1760, Monteiro de Carvalho foi nomeado arquitecto das obras do conselho da fazendo, cargo outrora ocupado por Eugénio dos Santos.

Cf. VITERBO, Sousa, “Monteiro de Carvalho (José)” in *Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 1904, pp.175-176.

⁶⁵ Entre eles: DIAS, Rodrigo, *Op. Cit.*, 1987, p.11; MECO, José, *Op. Cit.*, 1984, vol.II, p.169; e MIRANDA, Jorge, “Conjunto da Casa da Pesca: Um monumento nacional desprezado” in *Jornal da Região – Oeiras*. – Oeiras, 3 de Dezembro de 1999, p.7.

⁶⁶ MECO, José, *Op. Cit.*, 1984, vol.II, p.169

⁶⁷ Contudo, estas hipóteses são muito relativas até encontrado documento que comprove ser daquele arquitecto, ou eventualmente de outro.

O primeiro objecto arquitectónico a ser construído, pensa-se que terá sido a Cascata e o Tanque, dada a sua referência pelo Marquês de Pombal na “*Súplica dirigida à Rainha Nossa Senhora D. Maria I*”⁶⁸. Este facto chama-nos à atenção para a característica principal destas quintas de recreio, primeiro como espaços de exploração agrícola e, posteriormente como espaços de recreio e lazer. Assim, o tanque enquanto um dos primeiros objectos a ser construído serviu para a irrigação dos campos agrícolas envolventes e só após a construção dos restantes objectos arquitectónicos terá surgido a intenção do seu aproveitamento lúdico. O mesmo documento refere ainda como foram pagas as obras, não só da Cascata do Taveira, mas também de outros espaços da quinta, ficando-se a dever aos rendimentos agrícolas a construção da “*Cascata sobre o Tanque grande*” Grande, como ele referiu, e que depreendemos que seja a Cascata e Tanque do Taveira, face à inexistência de outra Cascata com tanque⁶⁹.

Quanto à função do conjunto, não há qualquer dúvida de que, se num primeiro momento esteve ligada à actividade agrícola através do tanque, esteve claramente relacionado com o recreio das elites. O *jardim* constituído por dispositivos lúdicos – casa, cascata e tanque, proporcionava momentos de lazer através da convivência dos visitantes em local fresco, e sobretudo pelo recreio em torno da pesca no tanque. O relato da visita de D. Maria I à Quinta de Oeiras em 1783, fornece-nos uma interessante descrição da utilização da Casa da Pesca, a par dos restantes espaços:

“(…) *chegando à Escada da Cascata grande, largaram os carrinhos, e subindo por ela louvaram a doçura dos degraus. Viram o Formoso Lago e depois, sentados, gozaram da Cascata correndo a água por mais de vinte minutos, e por muitas vezes repetiram Suas majestades o muito bem que lhes parecia a referida cascata, o Lago, e tudo mais que adorna aquele delicioso sitio. Estavam as canas de pescar prontas, e ao pegarem as Senhoras nelas recordou-se a Senhora Infanta de que os peixes naquele lago eram rijos, e*

⁶⁸ Numa das muitas obras que a ela faz referência vêm citado: “*Não adquirio o mesmo Marquez as benfeitorias fabricadas, e outros bens comprados com depósito dos outros fructos reservados pelos ditos Seus Irmaons, a favor do Morgado por elles instituido, cujo cumulo se liquidou importar nos annos, que viverão, a quantia de trinta Contos, seis centos mil, cento e sincoenta reis, / b/ pelos quaes se fizerao’ em Oeiras as obras da Adega, Lagares, Cavalharice (sic), e Cocheira, se levantou a Cascata sobre o Tanque grande: (...)*” in *Libello Famoso Por acção de lezaó enormíssima, diz como Author Francisco José Caldeira Soares Galbardo de Mindanha, contra os R R. e Ex.^{ma} Marquez de Pombal e a Ex.^{ma} Marqueza Sua mulher*, Cód. 8530 (cota), Cópia do século XVIII, Secção de Reservados, Biblioteca Nacional. *Vide* Documento 3.

Já o último objecto a ser construído terá sido provavelmente a Casa, uma vez que o relato da visita de D. Maria I o omite, levando-nos a pensar que a Casa ainda não estaria concluída ou até mesmo iniciada. Todavia, a omissão pode-se dever ao facto de os convivas não lhe atribuírem a devida importância.

⁶⁹ Por outro lado, verificamos que no *Memorial histórico ou Coleção de memórias sobre Oeiras: Oeiras: desde o seu principio, como lugar e Cabeça de Julgado e depois vila (Com o título de Condado e Cabeça do Concelho)* (1982, vol.II, p.384; Documento 1) que a Cascata do Taveira vem designada de “*Cascata dos Gigantes*”, face à existência de dois gigantes que outrora a ladeavam: *Biaren*, um dos *Hecantonquiros*, gigantes de cem braços e cinquenta cabeças e *Polifemo*, o horrível gigante e mais selvagem de todos os ciclopes da *Odisseia* homérica. Cf. GRIMAL, Pierre, *Op.Cit.*, 2004, p.384; e pp.193-194.

*que algumas vezes se pescara por ali por mais de duas horas sem cair um só, o que infelizmente agora não sucedeu por que Sua Alteza passados poucos momentos pescou um de bom tamanho; a Rainha Nossa Senhora outro, o que deu grande gosto, e se estendeu com prazer enquanto durou a pesca. (...)*⁷⁰.

Após a morte do Marquês, anos antes desta visita, começou o declínio da Quinta afectando também a Casa da Pesca. Nem a visita de D. Maria I, nem os relatos do valioso património artístico que a Casa da Pesca guardava em si evitaram o esquecimento e o consequente abandono.

Da Casa da Pesca, efectivamente só voltaremos a ouvir falar quando o novo proprietário, Artur Brandão, ali efectuou algumas obras de restauro e, posteriormente, a vende à EAN, quando o Ministério da Agricultura comprou a Quinta de Cima. Esta aquisição, símbolo da fragmentação e alienação da primitiva quinta de recreio, trouxe dissabores à Casa da Pesca, pois, perdida a função original deste recanto de prazer, este espaço foi inclusivamente ocupado por uma creche em 1975⁷¹, descaracterizando-o da sua função original, e perdendo ao longo dos tempos a sua importância histórico-artística de valor nacional. Ainda assim, ao longo dos últimos vinte anos, este espaço tem vindo a ser palco de algumas actividades culturais organizadas pela CMO, e em acordo com a EAN⁷², sobretudo espectáculos musicais que vão animando, ainda que pouco, o conjunto Casa da Pesca [Fig.54 e 55]. Vejamos como se organiza e se constitui enquanto testemunho de património artístico setecentista.

2. - Património Artístico

Como já referimos este conjunto distribui-se por dois patamares, onde foram construídos o Jardim, a Cascata com Tanque e a Casa, em plena consonância com as aspirações artísticas do seu tempo. O conjunto revela-se um cenário de confluência do imaginário barroco, onde a arte aliada à arquitectura se dispunha a criar um ambiente de lazer e recreio digno do seu proprietário. No caso do jardim, observamos que a distribuição

⁷⁰ “«Relação fiel exacta da visita feita por SS. MM. à Quinta d'Oeiras» em 16 de Agosto de 1783”, transcrição do relato in “Reconciliação de D. Maria I com a casa de Oeiras” in *História*, nº49, Novembro de 1982, p.17.

⁷¹ Cf. MECO, José, “A Casa da Pesca e o património artístico de Oeiras: Oeiras e o seu Concelho” in *Jornal da Costa do Sol*. – Cascais, 24 de Julho de 1986, s/p.

⁷² As duas entidades mantêm um protocolo que, segundo tomámos conhecimento se encontra em vigor desde 1997. O protocolo em questão vai mais além que a permissão de utilização do espaço em causa para a realização de espectáculos, pois trata-se sobretudo da cooperação entre as duas entidades para recuperarem o património ambiental e edificado da Quinta de Cima. *Vide* PROTOCOLO CMO/EAN, volume II, p.21.

dos elementos que o constituem revela um pouco do carácter do jardim setecentista através da criação de zonas íntimas e recatadas, decoradas com fontes e cascatas, mas sempre de um requinte em pleno contraste com os restantes espaços ordenados. Alguns desses elementos decorativos acumulavam um carácter funcional, ao mesmo tempo que aliados ao carácter lúdico.

2.1 O Jardim

Subindo pela Alameda dos Loureiros em direcção à Casa da Pesca, o primeiro elemento de recreio que encontramos é o *Jardim*, situado em patamar inferior em relação aos restantes elementos do conjunto [Fig.56 a 57]. O jardim distribui-se por planta rectangular rasgada por três portões, dois deles situados no alinhamento da Alameda, e o terceiro alinhado ao antigo portão/arcada da *Cascata da Fonte do Ouro*.

Actualmente descontextualizado do seu aspecto original, neste jardim desenham-se quatro canteiros de buxo, envoltos por grandes árvores que tornam o espaço muito mais recatado e fechado [Fig.57]. Em torno dos canteiros e dando-lhe forma, dispõem-se quatro bancos semicirculares em cujo centro se encontra um lago de quatro crescentes e estrela de oito pontas em alusão às armas heráldicas dos Carvalho⁷³ [Fig.58].

Ao fundo do jardim, em direcção à Cascata do Taveira, desenvolve-se uma escadaria de três lances que lhe permite o acesso [Fig.59 a 63]. A decoração é feita mediante painéis de azulejos, alternando-se os painéis com rosetas cor de vinho e cruz azul sobre fundo branco sobrepujados por friso de óvulos (decoração que se prolongará para o murete do patamar superior do conjunto) e rosetas azuis de quatro folhas sobre fundo branco, sobrepujados por friso de entrelaçados⁷⁴. Este último painel ladeia inclusive, no patamar intermédio, entre o primeiro e segundo lance, uma fonte de taça semi-circular enquadrada por pórtico de pedra ornamentado. No piso intermédio da escadaria, encontra-se ao topo de lance da escadaria, um banco completamente descaracterizado do jardim original.

⁷³ Em finais de Abril, durante a nossa visita constatámos que o lago ainda funcionava, agora animado por alguma vegetação aquática. O funcionamento deste lago deve-se ao contributo do Sr. Manuel Dias, funcionário da EAN que vai realizando alguma da manutenção deste espaço.

⁷⁴ Ainda que o conjunto date do século XVIII, José Meco atribui a estas composições a data de final do século XIX, uma vez que eram muito utilizados naquele período para decoração de cozinhas. Cf. MECO, José, *Op. Cit.*, 1982, p.35.

2.2 A Cascata do Taveira e Tanque

Chegados ao segundo patamar da Casa da Pesca, apercebemo-nos de que aqui culmina todo o esplendor do conjunto dada a disposição cenográfica do espaço, pelo qual acedemos mediante a referida escadaria sem nunca imaginar a riqueza artística que aqui se encontra [Fig.64 a 66]. Trata-se de um anfiteatro em semicírculo desdobrado em vários panos de grande altura revestidos com painéis de azulejo azul intenso e branco e em cujo centro se encontra a Cascata do Taveira. De frente desta, um tanque rectangular alimentado por bica com conjunto escultórico de três golfinhos cujas caudas envolvem uma espécie de arbusto (?) servia para o recreio das elites onde pescavam, conforme o relato da visita de D. Maria I nos dá registo.

Este patamar é de certo modo fechado a norte pelo muro contíguo ao anfiteatro, e fronteiro ao tanque, por murete com conversadeiras que segue contíguo a Oeste até à Casa da Pesca, somente interrompido pela escadaria de acesso entre o jardim e este patamar [Fig.67 a 69].

Relativamente aos dezasseis grandes painéis de azulejos⁷⁵ do anfiteatro, a sua temática é a alusiva à mitologia, centrando-se em cenas aquáticas onde ninfas, tritões, golfinhos, seres e deuses estão em plena consonância com o espaço e a própria denominação do conjunto “Casa da Pesca”, indubitavelmente associados à água. Para uma melhor compreensão da distribuição dos painéis de azulejos elaborámos um esquema numerado seguindo-se as imagens dos painéis⁷⁶ [Fig.70 a 90]. Estes de formato rectangular são emoldurados por um pequeno friso azul e encimadas por ornatos *rocaille*, estando ao centro a representação mitológica enquadrada por elementos decorativos, concheados e elementos vegetalistas, alusivos à época em que foram elaborados.

A representação iconográfica das cenas mitológicas, como apurou Maria Margarida Baeta⁷⁷, revela aproximações ao trabalho de Antoine Coypel (1661-1722)⁷⁸ e Charles

⁷⁵ Segundo J. Santos Simões, “(...)irregulares no tamanho, mas de grande uniformidade estilística. Desdobram-se a partir do eixo da cascata em dois grupos semelhantes, havendo de cada lado, cinco painéis maiores com altura uniforme de 34 azulejos e três menores com 21 de altura. São, ao todo, 1928 azulejos, aos quais há a acrescentar 1056 de cornijas, o que completo 11984 azulejos”. Cf. SIMÕES, J. Santos, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, 1979, vol.V, p.312.

⁷⁶ Optámos por realizar uma leitura geral, com um ou outro apontamento mais específico. Para um maior detalhe veja-se o nosso anexo fotográfico e consulte-se o trabalho de Maria Margarida Baeta, *O “Conjunto da Casa da Pesca” – Elementos para o seu programa artístico e iconográfico*, 2004, 1.ºvol., pp.32-57.

⁷⁷ *Op. Cit.*, 2004, p.31, 1.ºvol.

⁷⁸ Antoine Coypel, pintor francês, é o mais célebre artista da sua família. Beneficiou da educação da academia francesa em Roma para a qual o seu pai, Noël Coypel (1628-107), havia sido nomeado director. A permanência em Itália permitiu que copiasse a obras de mestres italianos como Rafael, Carracci e Domenichino. Regressado a Paris, tornou-se o primeiro pintor do Duque de Orleães, Philippe I (1640-1701), que lhe incumbiu a decoração da capela do castelo de Versailhes, ao mesmo tempo que entrava na

Antoine Coypel (1694-1752)⁷⁹ levando-nos a supor que o artista que executou os painéis se terá influenciado pelas gravuras de ambos. O painel 3 e o 14, derivam iconograficamente da gravura *Vénus sur les Eaux* de Antoine Coypel (s.d., Secção de Iconografia da Biblioteca Nacional, Lisboa) [Fig.73 a 75; 83 e 86] dada a revelar por nós⁸⁰. Por outro lado, a influência deste pintor está igualmente presente nos outros painéis, sobretudo através da reprodução de figuras assinadas por aquele artista [Fig.84 e 85]. Já de Charles Antoine Coypel, a influência iconográfica surge nos painéis 5 e 14 [Fig.76 e 77; 87] pela utilização da gravura de *Persée délivrant Andromède* (s.d, Musée du Louvre, Paris). Interessante será verificar que no jardim do Palácio, na *Escadaria dos Embrechados*, esta composição já havia sido utilizada, sugerindo a hipótese de ter sido o mesmo artista a realizar estes azulejos e os da *Cascata*, inclusive pela data de produção, já que os das *Escadaria* se aproximam aos da *Cascata* [Fig.36 e 37].

Outra influência iconográfica que tem vindo a ser apontada é a de Claude Joseph Vernet (1714-1789)⁸¹, porém, não se percebe uma vez que este pintor não realizou obras em torno da temática mitológica⁸². Ainda neste campo verificámos que tem sido sugerido, erradamente, uma leitura mais imagética, crendo-se que os painéis de azulejo representam a Ilha dos Amores dos *Lusíadas* de Luís de Camões⁸³. Todavia, uma mera observação permite-nos verificar que a representação nada se prende com aquela hipótese.

Quanto ao artista destes painéis, desconhece-se, ainda que José Meco avance com a suposição de terem sido realizados por Francisco Paula e Oliveira (-), pintor de azulejos da oficina da Real Fábrica da Louça, pertencente à Real Fábrica das Sedas ao Rato, suposição que parte da associação entre estes azulejos e os do Pátio da Academia Real de Belas-Artes

Academia como director. Os seus trabalhos derivam na sua maioria de temas mitológicos, ainda que tenha realizado retratos e outro tipo de composições. Cf. BÉNÉZIT, E., “COYPEL (Antoine)” in *Dictionnaire critique et documentaire des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs et Graveurs*, Tomo II, 1966, pp.704-705.

⁷⁹ Charles Antoine Coypel, filho de Antoine Coypel, desde cedo manifestou o gosto pela pintura, consagrando-se inicialmente como pintor de história, dedicando-se mais tarde à pintura de género. Entre as suas obras mais notáveis destaque para as ilustrações de *Don Quichotte de la Mancha* e para as obras de Molière. Cf. BÉNÉZIT, E., “COYPEL (Charles Antoine)” in *Op.Cit.*, 1966, pp.705-707.

⁸⁰ Constámos, ainda que alguns dos desenhos da Cascata encontram-se invertidos, uma vez que o desenho terá chegado ao pintor dos azulejos através da gravura citada.

⁸¹ Claude Joseph Vernet, pintor, desenhista e gravador francês dedicado aos temas paisagísticos e marítimos desenvolveu a actividade em Roma inspirando-se na obra de Claude Lorain. Em Paris, tornou-se membro da Academia Real Francesa, e contratado por Luís XV (1710-1774) retratou uma série de portos que celebrizaram o seu percurso artístico. Cf. BÉNÉZIT, E., “VERNET (Claude Joseph)” in *Dictionnaire critique et documentaire des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs et Graveurs*, Tomo VIII, 1966, pp.531-533.

⁸² Um dos autores foi José Meco, que sugeriu que J. Santos Simões havia apontado a influência das gravuras de C. Joseph Vernet. Mas na entrada referente à “Quinta do Marquês” Santos Simões nada refere, somente contabilizando o número de azulejos, como já citado, e fazendo referência à data de restauro e à oficina que procedeu a esse trabalho. Cf. MECO, José, *Op. Cit.*, 1982, p.35; *Op.Cit.*, 1979, p.312.

⁸³ In CRISPIM, Mário Nuncio; LOBO; Pedro Vasconcelos (Coord.), *Retratos de Oeiras*, 1994, p.187.

(1769, Convento de São Francisco, Lisboa), uma vez que os mesmos apresentam indícios estilísticos semelhantes⁸⁴. Por outro lado, a data que o autor atribui ao azulejos do Pátio permite supor serem daquele artista, “(...) (no caso de o pintor ter trabalhado no Rato antes de 1774), e implicitamente também os azulejos do jardim da Casa da Pesca”⁸⁵.

A composição azulejar do anfiteatro encontra-se interrompida pela Cascata e duas portas [Fig.91]. A porta da esquerda dá acesso a um corredor que culmina num pequeno espaço onde se encontra uma falsa porta pintada de modo a parecer madeira e que daria acesso ao piso inferior da Casa da Pesca. A porta da direita permite o acesso à mina e a um túnel com escadaria de acesso ao varandim do anfiteatro e Cascata, onde se pode visualizar todo o espaço fronteiro ao conjunto e o antigo refeitório da EAN⁸⁶ [Fig.92 a 95].

A Cascata do Taveira [Fig.96 a 98] encontra-se ao centro do anfiteatro, à qual se tem acesso por escadaria circular marcada por balaustrada, restando somente a da direita. A entrada da Cascata é ladeada por dois imponentes pilares sobrepujados por pináculos em forma de urna, sendo a Cascata propriamente dita em pedra rústica, com quatro níveis de água que é recolhida em taça circular. A Cascata é ainda ladeada por dois nichos, um de cada lado, onde estariam as estátuas de *Polifemo* e *Briareu* que actualmente se encontram no átrio da entrada principal do Palácio⁸⁷. A autoria destas estátuas tem vindo a ser atribuída a J. Machado de Castro, autor de algumas estátuas presentes no Jardim e no Palácio⁸⁸. Porém, o estudo de Ana Duarte Rodrigues demonstrou não haver qualquer documentação que comprove tal hipótese⁸⁹.

⁸⁴ A associação à Fábrica do Rato, deve-se segundo o autor, à qualidade do material e desenho mas sobretudo à questão cronológica. Após um período dedicado à produção de louça, o terramoto de 1755, traz a necessidade de um material económico e rápida execução para a reconstrução das casas. O azulejo, surge como resposta, tendo a fábrica optado por esta produção face à sua situação económica. A partir de 1774, e durante o período do mestre Sebastião Inácio de Almeida, a Fábrica inicia a produção azulejar, ainda que, já em 1767, o mestre Tomás Brunetto tivesse realizado algumas experiências.

Este facto alude para outra questão, pois a encomenda dos azulejos que decoram o Palácio de Oeiras à Fábrica do Rato, pode-se ter alargado para os restantes azulejos da Quinta. E a utilização de gravuras de Coypel, em dois espaços, sugere tal hipótese. Cf. MECO, José, *Op. Cit.*, 1982, p.35.

⁸⁵ *Op. Cit.*, p.35

⁸⁶ Ao mesmo varandim tem-se acesso pelo piso superior da Casa da Pesca.

⁸⁷ Ainda hoje se desconhece a data e as razões que levaram à ida das estátuas para junto do Palácio. Porém, não há qualquer dúvida que a localização destas estátuas seria a apontada, uma vez que o autor do *Memorial histórico ou Coleção de memórias sobre Oeiras: desde o seu princípio, como lugar e Cabeça de Julgado e depois vila (Com o título de Condado e Cabeça do Concelho)*, assim o refere. Vide nota 69.

⁸⁸ Entre os autores que atribuem estas estátuas estão José Meco, e recentemente Maria Margarida Baeta, com a justificação que a semelhança dos traços e a grandiosidade das esculturas em relação às da Sala de Jantar e Jardim, serem evidentes. Cf. BAETA, Margarida, *Op. Cit.*, 1.º vol., p.24.

Devido à falta de assinatura e data é impossível confirmar a autoria e data das mesmas estátuas, mas que certamente estão ligadas ao período de construção da Casa da Pesca.

⁸⁹ A este propósito consulte-se, RODRIGUES, Ana Duarte, “A estatuária realizada no Laboratório de Machado de Castro para a Quinta do Marquês de Pombal em Oeiras” in *Escultura de vulto figurativa do*

O anfiteatro no seu todo, apresenta uma estrutura semelhante ao designado *Nymphen Bad* do jardim do Palácio de Zwingerluft em Dresden⁹⁰ construído na primeira metade do século XVIII [Fig.100]. A semelhança desta estrutura à da Cascata do Taveira, ainda que por via da arquitectura, já que a decoração ao invés dos azulejos se apresenta em escultura, revela o contributo europeu que a Condessa Leonor Daun terá trazido da Europa, quando o Marquês regressou a Portugal.

Contíguo ao anfiteatro, no sentido sul, localiza-se a Casa da Pesca, que dá nome a todo o conjunto apresentado.

2.3 A Casa da Pesca

A Casa da Pesca [Fig.101 a 106] surge neste conjunto como uma casa de apoio ao recreio. Concebida para o repouso e gozo do ambiente do conjunto, servia igualmente para guardar os instrumentos da pesca utilizados no tanque, conforme nos refere o relato de D. Maria I, já referido. A casa, propriamente dita, emerge verticalmente com três corpos e dois pisos, junto ao muro que separa os edifícios da EAN deste conjunto. O corpo do edifício apresenta-se simétrico, organizado verticalmente por duas pilastras, porta e duas janelas no andar superior que é sobrepujado por frontão coroado por pináculos e vaso. A simetria da fachada é somente quebrada pela escadaria de acesso ao segundo piso.

No piso inferior, uma porta entaipada impede-nos de visualizar o interior, desconhecendo-se até hoje a disposição e organização deste mesmo piso⁹¹.

A ausência de decoração do exterior contrapõe-se ao interior do piso superior de grande riqueza decorativa. Constituído por três salas, duas irregulares e uma regular [Fig.107], este piso apresenta nas paredes e no tecto da sala maior decoração em estuque de grande qualidade e perfeição com motivos alusivos à pesca⁹² [Fig.108 a 136]. Ao centro de cada muro estucado a rosa-claro⁹³, entre as janelas e as portas, foram idealizadas

Laboratório de Joaquim Machado de Castro (1771-1822): produção, morfologia, iconografia, fontes e significado, 2004, 1.º vol., pp.205-210.

⁹⁰ Vide KLUCKERT, Ehrenfried, “El Palacio de Nymphenburg”. In *Grandes jardines de Europa - desde la Antigüedad hasta nuestros días*, 2007, pp.282-285

⁹¹ Em todas obras consultadas por nós, não encontramos qualquer referência a este piso. Porém, ouvimos de alguns oeirenses que nos acompanharam na visita que poderia guardar algum recheio da Casa da Pesca ou até mesmo do Palácio.

⁹² Optámos por realizar um levantamento fotográfico exaustivo de cada parede (A a D) a fim de analisarmos cada detalhe da referida sala. O mesmo levantamento foi iniciado a partir da sala de estuques e terminado na sala 1, 1.ª dá para o exterior/varandim da cascata.

⁹³ Numa das paredes, a degradação desprende uma das molduras colocando a nu as cores base, em vez do rosa a cor de fundo era verde.

molduras⁹⁴ que são definidas por enrolamentos e fitas de elementos vegetais a branco, e encimadas por cartelas de concheados e ornatos vegetalistas.

Nos vãos – portas e janelas⁹⁵ –, o mesmo tratamento foi realizado com molduras encimadas por cartelas. Estas, oito no total, têm no seu interior pequenas composições pictóricas a fresco que repetem a temática da fauna marítima e das paisagens campestres. Curiosamente uma das composições pictóricas repete a arquitectura do *Pombal* desta Quinta. Quanto à autoria destas cartelas, foram atribuídas por Maria Margarida Baeta, no trabalho já citado, a Jean-Baptiste Pillement (1728-1808)⁹⁶ e/ou à sua escola, devido à aproximação das temáticas e à estadia do pintor em Portugal c. de 1780⁹⁷ [**Fig.127**].

Os quatro cantos da sala são igualmente decorados a estuque, sendo marcados por pilastras com capitel compósito, que sustentam a grande sanca de apoio ao nascimento do tecto. Neste, a decoração a estuque é contínua, acompanhando a temática em que se tem vindo a trabalhar, todavia utilizando tons suaves ainda que com uma paleta mais diversificada – verde, amarelo e azul, sendo as figuras e ornatos a branco. O tecto desenvolve-se em dois panos [**Fig.109, 110 e 136**], o primeiro, inclinado e sem arestas, contorna toda a sala num pano único, onde sobre uma pintura de fundo foram esculpidas figuras humanas (pescadores e outros), plantas e animais; o segundo pano, de superfície côncava, funciona como um falso lanternim, em cujo centro uma figura marítima que relembra o *Tridente/Neptuno* coroa a sala.

Relativamente à autoria dos estuques tem sido apontado Giovanni Grossi, autor da decoração da Capela e das salas do Palácio de Oeiras. O facto de não existir qualquer base documental que comprove esta suposição, a semelhança do tratamento, a qualidade, a perfeição, a mestria, o desenho e as cores de outras obras deste autor e período leva-nos a pensar que esta obra esteja associada a ele ou a um dos seus discípulos.

⁹⁴ Que relembram inclusive os espelhos à época.

⁹⁵ Uma das portas, que comunica com a segunda sala da casa deu lugar a um armário, utilização certamente imposta durante a permanência da creche.

⁹⁶ Jean Pillement, pintor e decorador francês que se destacou pela sua obra dedicada aos temas paisagísticos, de género e *chinoiserie*. Estudou e trabalhou em diversas cidades europeias como Roma, Londres, ou Viena, havendo notícia, inclusive, de ter estado três vezes em Portugal. Em Paris tornou-se membro da Academia Real Francesa e foi nomeado pintor da Rainha Maria Antonieta (1755-1793) executando múltiplas pinturas decorativas no Petit Trianon. Cf. BÉNÉZIT, E., *Dictionnaire critique et documentaire des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs et Graveurs*, Tomo VII, pp.685-686.

⁹⁷ A autora acrescenta um outro dado, “*Cirillo Volkmar Machado afirma (embora se desconheça a fonte documental) que Pillement terá sido contratado para trabalhar na Real Fábrica do Rato, como debuxador e pintor. Sabemos que a relação do marquês com esta fábrica, era estreita e que alguns artistas que ali trabalharam chegaram mesmo a ser contratados para obras pessoais da Casa Pombal*”, entre eles o próprio Giovanni Grossi, autor dos estuques da capela e Palácio, e que teve uma oficina de estuque. Cf. BAETA, Margarida, *Op. Cit.*, 1.º vol., p.67.

A par do estuque, decoram ainda esta sala diversos painéis de azulejos a azul e branco emoldurados por concheados e que se encontram nos lambris das paredes de toda a sala. As representações são alusivas à temática da pesca, em plena consonância com os restantes motivos em estuque, mas também com toda a distribuição artística do conjunto Casa da Pesca. A fraca qualidade destes painéis, quanto ao seu material, vidrado, desenho, expressão, cor, e tom leva a que José Meco afirme que estes azulejos sejam de inícios do século XX⁹⁸. Ainda assim, é a notória preocupação iconográfica do artista que assinou estes painéis, que repetem algumas das composições do já citado Claude Joseph Vernet, fazemos supor que poderemos estar perante cópias de outros painéis azulejares [Fig.115 e 121].

O restante espaço da casa distribui-se pela entrada [Fig.137 e 138], que serve de ligação entre a sala dos estuques e uma segunda sala. Na entrada as paredes encontram-se forradas com um papel de má qualidade, que imita madeira, certamente ali colocado durante a permanência da creche, conservam-se ainda nos lambris das paredes painéis de azulejos com rosetas amarelas de quatro folhas ao centro e azuis nos cantos dos azulejos, encimados por friso em consonância decorativa dos mesmos painéis, e limitados no fundo da parede por um friso imitando num desenho de má qualidade o mármore grená.

Na segunda sala [Fig.139 e 140], encontramos o mesmo papel de parede e semelhante painel de azulejos, do qual ainda subsiste o da esquerda uma vez que os restantes foram retirados certamente fruto do vandalismo que o espaço vai sofrendo de forma crescente⁹⁹. A porta que aqui se encontra permite o acesso ao varandim da Cascata donde as elites se deleitavam a observar a Cascata e o Tanque. Todavia, a construção do refeitório da EAN nos anos 60, além dos restantes edifícios desta instituição, e de uma casa de banho para utilização da creche nos anos 70, anexa à casa neste piso superior alterou toda a concepção original do conjunto, não só do ponto de vista arquitectónico mas também do ponto de vista visual [Fig.141 e 142].

A transformação paisagística que este conjunto e os restantes espaços da quinta têm vindo a sofrer, têm trazido nefastas consequências, e no campo do património artístico tem

⁹⁸ “Estes painéis apresentam um desenho fraquíssimo e sem expressão, com algumas figuras e pormenores bem imitados mas outras incrivelmente realizados, o azul anémico e o esmalte branco, frio e translúcido, deixando entrever o barro subjacente, as arestas certas e muito direitas, características de alguns azulejos estampilhados da segunda metade do Século XIX”. In MECO, José, *Op. Cit.*, 1982, p.35.

Numa recente conversa com este historiador, ele sugeriu a data do século XX, acima referida.

⁹⁹ Todavia, verificámos que até à data de execução deste trabalho os referidos azulejos se encontravam nesta sala dentro de sacos.

sido cada vez mais esquecido e desvalorizado. Face a todos os factos apresentados, verificamos que a Casa da Pesca possuiu uma série de valores históricos, culturais, artísticos, arquitectónicos e paisagísticos que justificam o interesse em valorizar e recuperar este conjunto.

3. - Estado de Conservação

Integrada na classificação Monumento Nacional em 1940, a Casa da Pesca integrou um regime de protecção e valorização a que o património cultural está afecto. Assim, a par dos deveres do Estado, através de Instituições responsáveis pela salvaguarda e valorização deste tipo de património cabe em primeiro lugar ao proprietário do imóvel uma série de direitos e deveres especiais¹⁰⁰. No âmbito dos deveres correlacionados com o estado de conservação deve o proprietário: “*conservar, cuidar e proteger devidamente o bem, de forma a assegurar a sua integridade e a evitar a sua perda, destruição ou deterioração*”, bem como ainda, “*adequar o destino, o aproveitamento e a utilização do bem à garantia da respectiva conservação*”¹⁰¹. Quanto à execução de alguma obra a fim de cumprir esses deveres, o proprietário deverá fazê-lo, após o devido parecer das instituições responsáveis pelo património cultural¹⁰².

Na senda da salvaguarda da Casa da Pesca, foram várias as denúncias do seu estado de conservação, umas com obras de conservação e restauro levadas a cabo e outras jamais levadas a bom termo.

3.1 As Obras de Restauro e Conservação

Ainda que a classificação da Casa da Pesca só ocorra em 1940, a degradação que se foi verificando ao longo dos tempos já era conhecida. Segundo José Meco¹⁰³, já teria

¹⁰⁰ Actualmente descritos no 20.º e 21.º art. do Título V – Do Regime geral de protecção de bens culturais, Lei 107/2001 de 8 de Setembro, *Diário da República*, n.º209, p.5812.

¹⁰¹ Cf. als. b) e c) do n.º1 do 21.º art., *Op. Cit.*.

¹⁰² Cf. al.b) do n.º2 do 21.º art. *Op. Cit.*.

No caso de o proprietário não ter meios que lhe permitam custear essas obras, caberá às instituições responsáveis pela salvaguarda e protecção do património. À data da classificação da Casa da Pesca, o serviço competente era a DGEMN, seguindo-se posteriormente o IPPC, e o IPPAR. Actualmente, cabe ao IGESPAR e às direcções regionais de cultura o parecer de qualquer tipo obras e outros.

¹⁰³ MECO, José, *Op. Cit.*, 1982, p.35

ocorrido nos finais do século XIX uma série de obras de restauro em torno deste conjunto, sem nunca precisar a data e o objecto intervencionado¹⁰⁴.

Mais tarde, em 1946, depois de classificado o conjunto sabemos que Artur Brandão, então proprietário da Quinta efectuou diversas reparações e restauros um pouco por todo lado. Na Casa da Pesca, foi alvo de atenção o painel da Cascata do Taveira, uma vez que num dos painéis está inclusivamente marcada a data e a fábrica encarregue – *Fábrica de Faiança Battistini*¹⁰⁵.

Após estes pequenos restauros, só voltaremos a ouvir da Casa da Pesca em Outubro de 1954, quando na posse da EAN, o conjunto sofre com uma forte tempestade que se havia abatido sobre aquele concelho. A EAN, a fim de proceder às obras denunciava o caso à DGEMN, que via ali a urgente necessidade de salvaguardarem o bem classificado, já que se “*torna urgente fazer uma reparação do telhado e beirado assim como da cimalha do salão que ruíu em parte em consequência das infiltrações das águas pluviais*”¹⁰⁶. Todavia a execução das obras não foi levada adiante, arrastando-se todo o processo até Maio de 1957, data em que se realizou novo orçamento para os trabalhos de: “*(...) reparação da cimalha do salão, constando da sua reconstrução numa extensão aproximada de cinco metros e reparação geral do telhado e beirado a fim de evitar a entrada das águas pluviais que contribuíram para a derrocada parcial da dita cimalha*”¹⁰⁷. Face às propostas de obras de recuperação e restauro, a DGEMN verificou que não poderia realizar as obras, atribuindo à EAN, enquanto proprietário, essa obrigação. Novamente, estas obras foram adiadas tornando-se cada vez mais urgentes as reparações não só no telhado, mas também no interior da Casa e sua envolvência.

Nos primeiros meses de 1959, a gravidade do estado de conservação que o conjunto apresentava tornava-se notório, reconhecendo-se inclusive a morosidade de todo o processo que se arrastava desde 1954¹⁰⁸. Porém, o novo alerta não teve impulso suficiente já que novamente as obras não eram levadas adiante face à impossibilidade da EAN as

¹⁰⁴ Ainda que não tenhamos encontrado mais referências sobre estas obras, o autor apenas informa que na mesma data foram revestidos a azulejo os muretes da escadaria de acesso à Cascata, bem como o interior da Casa da Pesca.

¹⁰⁵ Cf. SIMÕES, J. Santos, *Op. Cit.*, 1979, vol.V, p.312.

¹⁰⁶ In OP.2016, 22 de Dezembro de 1954 in *PT DGEMN: DSARH-010/175-0037*, Arquivo da DGEMN.

¹⁰⁷ In “MEMÓRIA: Casa da Pesca da Quinta do Marquês em Oeiras: reparação da cimalha e telhado”, 1.ª Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 29 de Maio de 1957, Arquivo da DGEMN.

¹⁰⁸ “Os trabalhos a realizar que são de urgente execução, destinam-se a melhorar o estado precário de conservação da Casa da Pesca, o qual se vêem agravando desde que foram solicitados pela primeira vez, obras em Outubro de 1954”. In “MEMÓRIA: Casa da Pesca da Quinta do Marquês em Oeiras: Obras de Conservação”, 1.ª Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 11 de Março de 1959, Arquivo da DGEMN.

custear. Assim, somente em 1961, quando as obras são inscritas no plano de trabalho anual, elas são realizadas. Uma nova memória e um novo orçamento são elaborados em Abril, concorrendo diversos empreiteiros. De acordo com as instruções recebidas da repartição técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, Cândido Patuleia recebe a obra de conservação a realizar no valor de 8.900\$00 e no prazo de 10 dias¹⁰⁹. Finalmente, sete anos após o primeiro alerta, eram realizadas obras de restauro e conservação¹¹⁰.

Ainda que as obras realizadas só se tenham efectuado na Casa da Pesca propriamente dita, o registo fotográfico desses trabalhos revelam houve a preocupação de se recuperar a envoltória do conjunto [Fig.143 e 144]. Por outro lado, outro espaço do conjunto despertava a atenção para a sua degradação, já que nesse mesmo ano, em Dezembro, a EAN alertava para a deterioração dos azulejos da Cascata do Taveira, pois haviam sido “(...) atacados por um agente que provoca a sua rápida deterioração”¹¹¹. Perante este alerta foi realizada em Fevereiro de 1962 uma vistoria técnica, que verificou ser necessário proceder-se à fixação de parte dos azulejos de um dos painéis a fim de se evitar a sua completa deterioração. Ainda assim, as obras não foram efectuadas de imediato uma vez que a DGEMN não possuía verbas, pelo que deveria ser o proprietário a realizá-las, possivelmente durante o segundo semestre de 1962¹¹².

Em 1974, a instalação de uma creche no interior da Casa da Pesca colmatou a falta de manutenção do espaço, ainda que para uma função inadequada, sendo alvo de “(...) brincadeiras da “rapaziada” que à data eram vistos “(...) a divertir-se atirando pedradas aos azulejos”¹¹³.

Só em 1983, com a saída da creche e o reconhecimento do mau uso do edifício para aquele fim levou a que a EAN ponderasse uma utilização condigna, ao pensar na instalação de um pequeno museu sobre a história daquela instituição e da investigação agronómica em Portugal¹¹⁴. No seguimento desta proposta, curiosamente foram realizadas uma série de obras de recuperação e conservação que abrangeram todo o conjunto da Casa da Pesca. Entre as tarefas constavam: limpeza do jardim, demolição de árvores, limpeza da

¹⁰⁹ Cf. OP.335, 19 de Abril de 1961, Processo não digitalizado, in *DRML 1482 (CCV./DIV.)*, Arquivo da DGEMN.

¹¹⁰ Cf. o documento comprovativo da vistoria e medição dos trabalhos a 18 de Maio de 1961, Processo não digitalizado, in *DRML 1482 (CCV./DIV.)*, Arquivo da DGEMN.

¹¹¹ In Of.º2737, Direcção dos Serviços Agrícolas, 20 de Dezembro de 1961, Arquivo da DGEMN.

¹¹² Cf. Of.º463, de 24 de Abril de 1962 e Of.º 2947 de 1 de Maio de 1962, Arquivo da DGEMN.

¹¹³ Cf. MECO, José, *Op. Cit.*, 1982, p.35.

¹¹⁴ Cf. OP. 1424, Instituto Nacional de Investigação Agrária, 7 de Novembro de 1983, in *DRML 1482 (C.CV/DIV.)*, Arquivo da DGEMN.

Cascata e sua envolvência, reparação de muros, levantamento e reposição de dois painéis de azulejos, reparação do telhado da Casa, entre outros¹¹⁵. A estes trabalhos de construção civil, seguiam-se os trabalhos de restauro e consolidação dos estuques do tecto da sala da Casa¹¹⁶, que só tiveram seguimento mediante a visita de técnicos da DGEMN a 29 de Junho de 1984. Também aqui, por motivos de falta de verbas, a DGEMN não efectuou de imediato as obras colocando à responsabilidade da EAN, agora com nova designação, o INIA. Porém, o proprietário do conjunto não se pronunciou e até início de 1987 não se observaram quaisquer obras de recuperação e conservação¹¹⁷ [Fig.145].

De facto, até ao início do século XXI, não houve notícia da realização de obras de recuperação e conservação da Casa da Pesca, somente alguns alertas davam conta dessa necessidade. O abandono e a falta de manutenção para a conservação deste espólio artístico foi em Dezembro de 2003, verificada durante uma visita do IPPAR que avaliou o avançado estado de degradação, nomeadamente dos estuques, dado o enfraquecimento da estrutura de madeira causado pelas infiltrações de água, acrescido da falta de janelas de vidro, e dos painéis de azulejo da cascata que tem vindo a sofrer a par da degradação por actos de vandalismo. Esta visita tinha como intuito promover no futuro, medidas concretas de salvaguarda a fim de se recuperar todo o conjunto. Porém nada foi realizado, e só uma nova visita¹¹⁸ levou à realização de um diagnóstico da situação e à elaboração de um projecto de recuperação e apuramento dos respectivos custos que a EAN/INIA solicitaria à DGEMN. Na sequência deste pedido, a 26 de Fevereiro, era realizada uma reunião na EAN/INIA, com técnicos da DREL, da CMO e alguns historiadores com o objectivo de elaborarem um relatório de trabalhos de recuperação e conservação¹¹⁹. Neste relatório constam a metodologia, o faseamento dos trabalhos e as estimativas de custos, que consideravam-se ser um trabalho interdisciplinar que deveria “*ser integrado no âmbito da recuperação da quinta e do palácio garantindo a sua fruição como meio de conservação auxiliado por uma*

¹¹⁵ Cf. Instituto Nacional de Investigação Agrária, 19 de Março de 1984, in *DRML 1482 (C.CV/DIV)*, Arquivo da DGEMN.

¹¹⁶ Cf. Of.º 946/ML, 9 de Abril de 1984, in *DRML 1482 (C.CV/DIV)*, Arquivo da DGEMN.

¹¹⁷ Tal facto, originou inclusive um requerimento dirigido ao Presidente da República por parte de um deputado do PCP, Jorge Lemos, a solicitar informações sobre as medidas previstas que permitissem a recuperação e conservação da Casa da Pesca. In “Requerimento n.º 262/IV”, 6 de Novembro de 1986, in *DRML 1482 (C.CV/DIV)*, Arquivo da DGEMN.

¹¹⁸ Esta visita foi realizada entre Janeiro e Fevereiro de 2004, participando nela, não só os técnicos do IPPAR, mas também os responsáveis do INIAP. Cf. Of.º do Processo não digitalizado, in *DREL/Gabinetes 0450/1*, Arquivo da DGEMN.

¹¹⁹ A procura do relatório revelou-se infrutífera pois não consta do processo da DRCLVT nem dos processos respeitantes à Quinta do Marquês de Pombal no Arquivo da DGEMN.

*sistemática manutenção dos elementos vegetais da envolvente*¹²⁰. Neste sentido, para cumprimento da 1.ª fase de trabalhos, esteve prevista a montagem de uma cobertura provisória que evitasse o risco de desabamento dos estuques e pinturas da Casa da Pesca. Porém, nenhum dos trabalhos previstos foi executado e nova visita ao conjunto em 17 de Outubro de 2005 resultou em nova avaliação que conduziu à observação da urgente realização desses trabalhos face à degradação dos interiores da Casa da Pesca e abandono do exterior.

No seguimento de todas as visitas realizadas em que participavam todas as entidades interessadas – EAN/CMO/IPPAR/DGEMN, em 2007 foi realizado um projecto que abrangia toda a Quinta do Marquês de Pombal, e no qual estariam previstas na Casa da Pesca uma série de obras de recuperação e conservação não só do edifício mas de toda a sua envolvente. Todavia, como mais adiante iremos verificar estas medidas não foram executadas, o que em termos de recuperação e conservação significa para a Casa da Pesca o risco de desabamento do tecto, e a deterioração dos painéis de azulejo, isto é, a ruína eminente de todo o conjunto bem como o seu esquecimento enquanto monumento histórico.

Desta análise, verificámos que o maior problema de conservação do conjunto sempre residiu no interior da Casa, já que o estuque enquanto material mais frágil se vê em constante contacto com infiltrações do telhado. Por outro lado, a inexistência de manutenção e conservação dos restantes elementos do conjunto também carecem de um estudo de conservação na perspectiva de uma intervenção de com vista à recuperação.

3.2 O Estado de Conservação actual

A análise do estado de conservação da Casa da Pesca que se segue reúne uma série de dados recolhidos numa visita realizada ao conjunto a 30 de Abril do presente ano, no qual foi possível verificar uma série de factores que contribuem para a degradação do espaço¹²¹. A sequência da análise apresentada segue a da apresentação do conjunto: Jardim, Cascata e Tanque e Casa da Pesca.

¹²⁰ Cf. vêm descrito no Of.766/ML, 24 de Outubro de 2005, in *DRML 1482 (C.CV/DIV)*, Arquivo da DGEMN.

¹²¹ A mesma análise que aqui se apresenta, foi posteriormente comparada com as obras realizadas nos anos 60, e daí resulta a comparação fotográfica que apresentamos em anexo.

3.2.1 O Jardim

No jardim podemos observar que a desfiguração do antigo jardim de buxo tem vindo a ser provocada ao longo dos anos pela crescente vegetação que se tem vindo a acumular não só no jardim mas por todo o conjunto. Também a grande dimensão das árvores, que crescem sem qualquer controlo de corte e aparo, revelam a falta de manutenção de que carece cada vez mais este espaço¹²² [*Fig.146*].

As escadas de acesso à Cascata do Taveira revelam algum vandalismo, apresentando os painéis de azulejos que cobrem os muretes diversas falhas, grandes buracos e fissuras [*Fig.147*]. Junto à pequena fonte do patamar intermédio observamos que a balaustrada do varandim da Cascata que encimava a mesma caiu, ali permanecendo. No patamar intermédio, entre o segundo e terceiro lance das escadas, observamos igualmente a necessidade de limpeza uma vez que o canto deste patamar está repleto de vegetação, folhagem e lixo.

3.2.2 A Cascata do Taveira e Tanque

No patamar superior, o primeiro pormenor que verificamos é que ao longo do anfiteatro junto aos painéis de azulejo, cresce intensa vegetação que a longo prazo prejudicará os referidos painéis. Por outro lado, estes apresentam um problema maior, já que a existência de fendas provocadas por infiltrações nas paredes do anfiteatro desprenderão no futuro os azulejos da parede, como já acontece com um ou outro. Alguns deles apresentam já falhas de azulejo e outros foram vítimas de actos de vandalismo¹²³ [*Fig.148 e 149*].

A Cascata do Taveira vai sendo aos poucos ocupada nos patamares por vegetação, estando inclusive a taça que recolhia a água a servir de depósito de lixo que ali se acumula, ora trazido pela chuva, ora pela mão de alguns visitantes [*Fig.97*]. Na escadaria de acesso à cascata verificamos que já há muito a balaustrada da esquerda desapareceu.

O Tanque rodeado de vegetação, está actualmente cheio de água, o que evita fissuras, ainda que no futuro isso possa trazer alguns inconvenientes, como insectos que poderão contribuir para a degradação dos azulejos.

¹²² Durante o Outono, verificámos que estas árvores acumulam muitas folhas secas, necessitando este espaço de uma limpeza sazonal, a fim de evitar acumulação de folhagem.

¹²³ Na nossa última visita à Casa da Pesca realizada em Junho, verificámos que o segundo painel do anfiteatro havia sido vandalizado com graffitis.

Os muros envolventes deste conjunto apresentam a norte uma série de problemas, sobretudo resultantes da existência de grandes fendas e fissuras, face ao nascimento de árvores cujas raízes irrompem do muro, trazendo também outros problemas, como infiltrações. Os restantes muretes com painéis de azulejos apresentam falhas, certamente fruto de vandalismo [*Fig.150 e 151*].

3.2.3 A Casa da Pesca

A caminho da Casa [*Fig.152 e 153*], verificamos que o muro de ligação entre o anfiteatro da Cascata e a Casa se encontra completamente invadido por trepadeiras e outra vegetação, que vão criando alguma destabilização e brechas na parede. Junto à escadaria, notámos o mesmo problema da vegetação, que se acentua adjacente à Casa [*Fig.104*].

Na fachada da Casa, um dos problemas que temos vindo a referenciar com bastante frequência é a questão do abandono, que é denunciado pela falta de manutenção da Casa. A pintura revela mau estado, as janelas encontram-se sem vidros e no beiral do telhado a cor das paredes revela a existência de infiltrações que afectam não só a fachada mas sobretudo o interior da Casa. De facto, é aqui que reside o maior problema de conservação de todo o conjunto pois, na sala dos estuques, é notório desde há mais de vinte anos a perda de estuque do tecto e paredes. A perda maior verifica-se na parede D e no canto de A para D [*Fig.154 a 156*], verificando-se que neste lado residirá a falha do telhado que provoca a constante infiltração de águas fluviais. Este problema, coloca em risco toda a estrutura do tecto já que vai fragilizando a sua estabilização, afectando também as paredes. A perda revela-se não só pela queda do tecto, mas também pela perda do estuque que define figuras e elementos marítimos¹²⁴. A estabilidade da estrutura começa a revelar-se nos cantos e frisos do tecto onde já começaram a aparecer fendas e fissuras. Notámos ainda, ao nível de todo o espaço da sala central que existem destacamentos e lacunas das camadas de estuque, observando-se numa das paredes que a cor base do estuque era verde [*Fig.157*].

Na outra sala, o painel de azulejos há muito que foi alvo de destacamento do seu lugar original, como já havíamos referido. Também aqui é patente a acumulação de lixo, de resto um pouco por toda a Casa, devido ao constante arrebetamento das portas e à falta de vidros nas janelas, desde há muitos anos.

¹²⁴ Ao longo deste piso encontrámos várias figuras e elementos estucados.

A má utilização do edifício para Creche, acresceu ainda a degradação, notando-se quer no revestimento das paredes das duas salas da Casa, como também pela má utilização do vão de uma das portas para a improvisação de um armário, descontextualizando a função inicial [*Fig.139*].

No exterior do piso superior da Casa, também a vegetação tomou conta do varandim não deixando observar o recanto que ali se forma sobre a Cascata [*Fig.159*]. Também o lixo que se vai acumulando vai contribuindo para a degradação e consequente desvalorização, verificando-se a necessidade de uma rápida intervenção.

Às causas naturais de degradação de todo o conjunto junta-se o abandono que prejudica essencialmente os materiais mais frágeis como o azulejo, o estuque e as madeiras, em virtude da falta de manutenção e conservação levando a que estes materiais se encontrem actualmente muito degradados, ou seja, inexistentes em determinadas áreas.

Após a nossa visita no final de Abril, soubemos que face à realização das Festas dos 250 anos do Concelho de Oeiras, iriam ali realizar-se dois espectáculos de música pelo que aguardámos com expectativa as acções de recuperação que aquele espaço viria a sofrer por parte da CMO. A 19 de Junho, no espectáculo de um fadista português, Camané, verificámos que foi efectuada uma recuperação que compreendeu medidas de limpeza e remoção de vegetação em prol do embelezamento do conjunto para o referido espectáculo. Todavia, foi com grande tristeza que testemunhámos que, enquanto a Cascata estava toda iluminada, a Casa da Pesca ficou quase escondida para que não houvesse a lembrança do estado deplorável em que se encontra. Com essas medidas de limpeza intempestivas, verificámos que a manutenção e a recuperação deste espaço só se realizam mediante o agendamento de espectáculos culturais por parte da CMO, que mantêm um protocolo com o INIA.

A análise do estado de conservação do conjunto permitiu verificar que as poucas obras de recuperação que se efectuam são justificadas pela realização de espectáculos, esquecendo-se a importância deste conjunto enquanto monumento histórico e valioso património artístico. Assim, face ao que foi apresentado, pensamos ser necessária uma urgente valorização e recuperação da Casa da Pesca a fim de evitar a sua ruína eminente.

4. Alguns projectos de intervenção

4.1 Caracterização e objectivos

Ao longo dos anos, a ruína e o abandono a que a Casa da Pesca e sua envolvente têm vindo a ser votados, ganharam destaque entre os historiadores que sempre se dedicaram ao estudo da Quinta do Marquês de Pombal. Entre eles, o arquitecto paisagista Rodrigo Dias, já citado anteriormente, surge como um dos nomes associados aos diversos projectos que foram pensados desde a década de 80 até aos nossos dias. Todos eles se caracterizam pela mesma pretensão de revitalizar, recuperar e reunificar a Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal¹²⁵, a fim de possibilitar o seu usufruto pelos cidadãos de Oeiras e seus visitantes. No entanto, as vicissitudes políticas e económicas que acompanharam esses projectos fez que com que fossem esquecidos e colocados de lado, o que contribuiu para abandono e a desvalorização do património artístico da Casa da Pesca.

Os projectos que temos vindo a referir foram três: o “*Estudo de Recuperação e Ordenamento paisagístico da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal – Oeiras*” (1985)¹²⁶; o “*Plano de ordenamento da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal*” (1998); e o “*Plano Estratégico para o Parque Temático Marquês de Pombal – Proposta de intervenção*” (2007). Estes, não se centrando no núcleo específico da Casa da Pesca, tiveram como objectivo central a valorização e a recuperação de toda a Quinta. Na sua análise partimos do geral para o específico, analisando as medidas previstas para a Casa da Pesca.

4.2 Os projectos¹²⁷

Em 1985, o “*Estudo de Recuperação e Ordenamento paisagístico da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal – Oeiras*” [**Fig.160**], efectuado pelo arq. Rodrigo Dias nos Serviços de

¹²⁵ Colocando de parte as designações “Quinta de Baixo” e “Quinta de Cima”, trazendo deste modo a ideia original da quinta de recreio de setecentos.

¹²⁶ A referência a este estudo, foi aqui integrada pelo facto de reunir diversas propostas que se irão verificar nos projectos posteriores, considerando-se este estudo, um estudo de base para os projectos que lhe seguiram. *Vide* DIAS, Rodrigo, “Estudo de Recuperação arquitectónica e Paisagística do Núcleo Antigo de Oeiras – Revitalização da “Casa da Pesca” e sua ligação ao Núcleo Antigo da Vila” in *Revista Municipal*. – Oeiras: N.º10, Maio/Junho/Julho/Agosto, 1985, p.9; seguem-se DIAS, Rodrigo, *Plano de ordenamento da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal*. – Departamento e Gestão Urbanística – CMO, 1998 (consultado na DRCLVT, uma vez que se encontrava anexo ao Processo da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal); e *Plano Estratégico para o Parque Temático Marquês de Pombal – Proposta de intervenção*. – Oeiras: CMO, Julho de 2007 (consultado na Divisão de Planeamento da CMO).

¹²⁷ Neste subcapítulo não integramos o projecto de *Reintegração Histórica-Artística dos Jardins e Quinta dos Marqueses de Pombal* (1965) por não abranger a Quinta de Cima onde se insere a Casa da Pesca; a *Proposta de Ordenamento da Estação Agronómica Nacional* (1966) da qual não obtivemos nenhuma informação precisa; e o recente trabalho *Intervenção na Quinta dos Marqueses de Pombal* (2005) de Cristina Pires Oliveira que incide sobre a Quinta de Baixo.

Planeamento da CMO, permitiu verificar que a construção da Quinta do Marquês alterou significativamente o núcleo antigo da vila e que as ruas e os caminhos da quinta foram pensados para influir em pontos estratégicos, como o núcleo da Casa da Pesca. Tal facto chamou a atenção para a importância deste núcleo e levou a que o estudo inicial se tornasse num projecto de revitalização com a pretensão de retomar a relação vila/quinta de recreio, há muito perdida pelo crescente urbanismo em torno da Quinta, carecida de espaços de recreio e lazer. A concretização desse objectivo passaria pela recuperação arquitectónica e paisagística, e pela criação de acessos e condições que possibilitassem o desejado usufruto por parte dos cidadãos e visitantes de Oeiras¹²⁸. Com esta proposta, a Casa da Pesca seria beneficiada, dada a sua directa ligação com o núcleo de Oeiras através da Rua do Aqueduto/Alameda dos Loureiros. Segundo R. Dias¹²⁹ a Casa da Pesca tinha toda a possibilidade de ser utilizada como espaço de recreio e lazer, sem interferir no normal funcionamento da EAN. A recuperação da Casa da Pesca pressupunha entre outras medidas, a limpeza, a recuperação e a manutenção da vegetação de forma a enquadrar o conjunto e a idealização de um percurso de circulação pedonal.

Na sequência deste estudo, e face à não execução das medidas acima propostas, surgiu em 1998, um “*Plano de ordenamento da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal*” efectuado pelo DPGU da CMO, sob a direcção do mesmo arq. Rodrigo Dias. Retomaram-se as medidas de intervenção e recuperação anteriormente propostas, ainda que num plano mais alargado que previa a criação de um Parque Temático organizado por zonas e formado por oito núcleos temáticos culturais, recreativos e gastronómicos, que se distribuiriam pelos núcleos de recreio da Quinta¹³⁰. Previam-se ainda, a criação de uma produção agro-industrial de marca registada, e a implantação de uma rede de caminhos, acessos e estacionamento, organizada segundo os portões e portas da Quinta¹³¹.

A Casa da Pesca enquadrava-se na zona *Jardim Histórico e Palácio Pombal* cujo núcleo temático correspondente era a caça e a pesca, em torno dos quais iriam desenvolver-se uma série de actividades que seriam pensadas em consonância com a utilização prevista do conjunto: restaurante, casa de chá, esplanada, praça de espectáculos de música ao vivo e de exposições¹³². Curioso será verificar que ainda que o conjunto não tenha sofrido uma

¹²⁸ Cf. DIAS, Rodrigo, *Op. Cit.*, 1985, p.9.

¹²⁹ *Op. Cit.*, 1985, p.9.

¹³⁰ *Op. Cit.*, 1998, p.2.

¹³¹ *Op. Cit.*, 1998, p.1

¹³² *Op. Cit.*, 1998, p.8.

recuperação que visasse o restauro e conservação, a realização de espectáculos, nos meses de Setembro/Outubro e Junho/Julho tem sido constante desde a década de 80.

Quanto ao período de realização deste projecto, não encontramos qualquer referência; somente estão descritas todas as fases de execução e a estrutura económica e financeira que suportariam o projecto, sendo de ressaltar neste caso, a importância da procura de parcerias.

Tal como o estudo anterior, nenhuma das medidas deste projecto foi concretizada, e só cerca de dez anos depois voltaríamos a ouvir falar de um novo projecto de valorização e recuperação. Trata-se do último a ser elaborado e que foi designado “*Plano Estratégico para o Parque Temático Marquês de Pombal - proposta de intervenção*” [Fig.161 a 163]. Este plano/proposta, elaborado em 2007, na sequência do plano de 1998, foi desenvolvido por um grupo de trabalho mais vasto, constituído por técnicos de diferentes áreas, ao mesmo tempo que em parceria com o proprietário da Quinta da Cima, a EAN¹³³. Este plano acabou por repetir as mesmas propostas de revitalização e recuperação de 1998¹³⁴, acabando todavia por ir mais além ao estabelecer um período de execução das medidas de intervenção segundo fases e acções a ocorrer entre 2009 e 2017.

Pela primeira vez, no conjunto dos três projectos aqui referidos, surge um que demonstra não só a capacidade mas a vontade da CMO em colaborar na salvaguarda e protecção do património municipal e nacional, elaborando, à sua responsabilidade e em acção conjunta com a EAN, um projecto de intervenção e recuperação, que chegou a ser inclusivamente a ser editado como uma pequena brochura a nível camarário a fim de divulgá-lo entre os vereadores. Apesar de tudo também não chegou a ser executado, possivelmente devido ao facto de uma das partes envolvidas, segundo apurámos, o Ministério da Agricultura, ter recuado à última hora. Porém, dada a urgente necessidade de salvaguarda e de protecção que a Casa da Pesca cada vez mais carece, esperamos que a proposta que a seguir elaboramos lhe dê novo fulgor, a fim de evitar a perda iminente deste riquíssimo património.

¹³³ Do grupo de trabalho constavam: o Arq. Paisagista Alexandre Lisboa (DMGA/DAE/DEV), o Dr. Domingos Leitão (DMOA/DAE), o Arq. Paisagista Nuno David (DMGA/DAE/DEV), o Arq. Nuno Macara (DMPUH/DPGU), o Arq. Paisagista Rodrigo Dias (DMPUH), a Dra. Selma Rodrigues (DMPUH), o Eng. Tiago Correia (DMGA/DAE/DEV), e a Dra. Vera Alves (GC/INC). Cf. *Op. Cit.*, 2007.

¹³⁴ *Op. Cit.*, pp.5-7.

3.ª PARTE

PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO

1. - A Casa da Pesca e o seu valor patrimonial

Concluída a análise histórica e artística do conjunto procede-se agora à avaliação patrimonial do objecto em estudo, sabendo-se à partida que estamos perante um imóvel classificado de Monumento Nacional. Pretende-se desta forma fundamentar a elaboração da proposta de valorização e recuperação.

Através do que já foi exposto parece legítimo afirmarmos que a Casa da Pesca, enquanto conjunto de recreio inserido numa Quinta de Recreio, reúne uma série de características patentes na documentação que temos vindo a transcrever e que contribuem para o reconhecimento do seu valor patrimonial. Pelos dados que fornecemos até esta fase do trabalho, verificámos que se trata de um imóvel inserido num espaço típico do período histórico no qual se inscreve; que pelas suas características arquitectónicas, artísticas e paisagísticas marca um modelo de construção enquadrado nas residências rurais portuguesas setecentistas e pertence a um grupo social nobilitado e engrandecido sobretudo pela atribuição de títulos.

Acerca do seu valor patrimonial, enquanto espaço de recreio de espólio considerável, pouco podemos acrescentar ao que ao longo dos capítulos anteriores já demos notícia. Ainda assim devemos relembrar o conceito de “Património”, as acções e medidas de protecção e salvaguarda com ele relacionadas, para que possamos enquadrar o estudo já realizado da Casa da Pesca com o valor patrimonial de *Monumento Nacional* que lhe foi atribuído.

Segundo a actual legislação nacional que estabelece as bases da política e do regime de protecção do património cultural, a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, o conceito de “Património” diz respeito a todos “ (...) *os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização*” e que reflectam “ (...) *valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade*”¹³⁵; pelo que se torna necessária a sua salvaguarda e valorização.

¹³⁵ N.ºs 1 e 3 do Art.º2 da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, *Diário da República*, n.º209, I Série, p.5808.

O Estado é a entidade oficial à qual, em primeira instância, cabe esta função mas, sendo o património uma herança de todos, cabe também a todos os cidadãos zelar por eles.

A Casa da Pesca enquanto bem cultural imóvel, pertence à categoria de monumento, cuja definição vem descrita no art.º 1 da *Carta de Veneza* de 1964. “*A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural*”¹³⁶.

Inserida numa quinta de recreio, a Casa da Pesca é acompanhada de jardim, pelo que relembramos outro conceito, o de “jardim histórico”, descrito no art.º 1 e 2 da Carta de Florença (1981): “*O jardim histórico é uma composição arquitectónica cujos constituintes são principalmente vegetais e, portanto, vivos, o que significa que eles são perecíveis e renováveis. Assim, a sua aparência reflecte o perpétuo equilíbrio entre o ciclo das estações, o crescimento e a degradação da natureza e o desejo do artista e do operário em manterem-no permanentemente inalterado* (art.º 1). *Sendo um monumento, o jardim histórico deve ser preservado de acordo com o espírito da Carta de Veneza. (...)*”¹³⁷.

Assim, retomando a ideia de *Monumento* e *Jardim Histórico* de que a Casa da Pesca é representativa, relembramos que a classificação deste espaço asseguraria a protecção e a salvaguarda por uma entidade oficial – o IGESPAR –, e que sem a sua autorização, nenhuma obra de recuperação ou alteração poderá ser levada a efeito, funcionando ele como uma garantia de integridade e autenticidade do bem classificado. Todavia, como pudemos já verificar, o regime de salvaguarda e protecção não se têm verificado encontrando-se até ao momento o referido espaço em plena ruína. Deste modo, torna-se a nosso ver urgente elaborar uma proposta de intervenção que vise a rápida recuperação deste espaço, que deverá seguir as orientações e medidas previstas na *Carta de Veneza - Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios* (1964) e da *Carta de Florença* (1981).

A nosso ver, essas futuras medidas deverão ser pensadas de modo a conservar a edificação e o jardim, sobretudo com o propósito de lhe dar uma função. Se tivermos em atenção o primeiro documento internacional que se debruçou sobre a conservação do património, a *Carta de Atenas* (1931), verificamos que esta ideia surge de forma clara ao

¹³⁶ “Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (1964)” in LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, 2004, p.104

¹³⁷ “Carta de Florença sobre a Salvaguarda dos Jardins Históricos - Icomos (1981) in *Op. Cit.*, p.195

afirmar que “*recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade da sua vida, destinando-os sempre a finalidades que o eu carácter histórico ou artístico*” (art.º1)¹³⁸. Também a *Carta de Veneza* (1964) o sugere, ainda que com feição mais explícita, pois “*(...) nem deve alterar a disposição ou a decoração de edifícios*” (art.º5)¹³⁹.

Partindo de todos estes pressupostos, torna-se evidente o valor patrimonial que está subjacente à Casa da Pesca, não só demonstrado pelo estudo antes efectuado, mas também agora por algumas definições em torno do Património. Assim, para uma maior objectividade na elaboração dos critérios da nossa proposta de valorização e recuperação, teremos presentes estas definições e conceitos para que este monumento não perca a sua autenticidade e integridade.

2. - A Proposta

Tendo em conta o que foi dito, torna-se indispensável propor um conjunto de intervenções com o propósito de valorizar e recuperar, pelo que considerámos fundamental designar a presente proposta de “Valorização e Recuperação”.

2.1 Metodologia

A proposta é, a nosso ver, um projecto de intervenção¹⁴⁰. A sua concepção seguiu as orientações das principais cartas e diplomas legais referentes ao Património Arquitectónico e Paisagístico, sendo relevantes no panorama nacional, a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro¹⁴¹ e o “*Regulamento do Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras*”¹⁴²; e, no panorama internacional, a *Carta de Florença sobre a Salvaguarda dos Jardins* (1981, ICOMOS); a *Convenção para a Salvaguarda do Património*

¹³⁸ “Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos (1931) in *Op. Cit.*

¹³⁹ “Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (1964)” in *Op. Cit.*, p.104

¹⁴⁰ Um projecto “*(...) entendido como instrumento de conocimiento para la intervencion en bienes culturales, es la herramienta de la que se vale y debe avalar una Institucion Cultural para abordar sus actuaciones en el Patrimonio que tutela. El documento proyectual es en síntese un instrumento técnico, científico y económico que aplica a metodología defendida y las exigencias legalmente establecidas*”. Cf. BAGLIONI, Raniero; GONZÁLEZ LÓPEZ, Maria José, “Metodología Aplicada al Estudio y a la Intervención de Bienes Culturales” in AAVV, *Metodologías de Diagnóstico e de Intervenção no Património. Actas do 3.º Encontro Científico do IPCR*, 2003, p.163.

¹⁴¹ *Diário da República*, n.º209, I Série, pp.5808-5829.

¹⁴² *Diário da República*, n.º67, II Série, Apêndice n.º 36/2004, 19 de Março, pp.73-76.

Arquitectónico da Europa (1985, Conselho da Europa); e a *Carta de Cracóvia sobre os Princípios de Conservação e o Restauro do Património Construído* (2000)¹⁴³.

Por outro lado, tomámos como referência as medidas de “Recuperação e Valorização do Património” que o IGESPAR, tem presente na elaboração dos seus projectos, analisando alguns desses projectos e algumas propostas que se relacionam com o objecto do nosso estudo – jardins e quintas de recreio, o que nos permitiu verificar que os objectivos envolvem o futuro usufruto público¹⁴⁴.

A partir da leitura destes documentos, orientámos a nossa proposta de acordo com as medidas adoptadas num projecto de valorização e recuperação. Assim, coube-nos:

- 1) avaliar o monumento, através de um estudo pormenorizado da sua história, arte, estado de conservação e preservação, e projectos envolvidos¹⁴⁵;
- 2) avaliar a necessidade de se proceder à realização de uma acção de recuperação e para que fim (usufruto);
- 3) realizar um plano de intervenção e salvaguarda, que vai para além das acções de restauro e conservação;
- 4) e finalmente, realizar a promoção e a divulgação da Casa da Pesca, em consonância com o espaço em que se insere – Quinta do Marquês de Pombal e núcleo histórico de Oeiras.

2.2 Objectivos

A definição dos objectivos que presidiram à elaboração da proposta teve em conta a dupla função do espaço, enquanto espaço histórico e de lazer e de animação turística e cultural. Assim, é principal objectivo valorizar e recuperar todos os elementos construídos que integram a definição da Casa da Pesca – Jardim, Cascata e Tanque e Casa.

¹⁴³ Além destas foram tidas em conta outras cartas e diplomas: o “Regulamento do Plano Director Municipal” in *Diário da República*, n.º68, I - B Série, 22 de Março de 1994, pp.1412-1423; a *Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos* (1931); e a *Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios* (1964).

¹⁴⁴ Consultámos: “Recuperação e Valorização do Património” in http://www.ippar.pt/actividades/activ_edificado.html, consultado a 11 de Junho de 2009; AAVV, *Intervenções no Património 1995-2000*. - Lisboa: IPPAR, 1997; AAVV, *Património - Balanços e Perspectivas: 2000 - 2006*. - Lisboa: IPPAR, 2000; e no caso específico dos jardins, MATOS, Rute Sousa, *Recuperação de jardins históricos em Portugal: algumas reflexões*. - Évora, 1999 (Dissertação de Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora).

¹⁴⁵ Já elaborado na primeira parte deste trabalho.

2.2.1 Valorização e Recuperação

De acordo com o art.º70 da actual lei do património cultural, da *valorização* são componentes as seguintes acções: “a) *A conservação preventiva e programada*; b) *A pesquisa e a investigação*; c) *A protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios*; d) *O acesso e a fruição*; e) *A formação*; f) *A divulgação, sensibilização e animação*; g) *O crescimento e o enriquecimento*; h) *O apoio à criação cultural*; i) *A utilização, o aproveitamento, a rendibilização e a gestão*; j) *O apoio a instituições técnicas e científicas*”¹⁴⁶.

Como podemos verificar, o regime de *valorização* acima descrito nunca foi efectivamente realizado na Casa da Pesca¹⁴⁷, propondo-se agora uma série de acções que visem a realização dessas medidas. Neste sentido, a *valorização* realizar-se-á, num primeiro momento, através do reconhecimento patrimonial da Casa da Pesca enquanto *Monumento e Jardim Histórico*, ainda que já sobre ela haja uma classificação (MN). À *valorização* caberá, através das acções acima referidas, recuperar¹⁴⁸ todo o conjunto através da investigação e da realização de obras de carácter específico e/ou geral, para que se possa, de futuro, falar de uma conservação preventiva e programada; da abertura do espaço ao público; da sua divulgação e animação que permitam que o espaço se torne vivo.

Qualquer obra a realizar constituiria, ainda, um passo fundamental no regime de valorização do conjunto, uma vez que valorizaria mais que a obra em si, trazendo questões relativas à memória e à identidade cultural do objecto deste estudo, podendo inclusivamente encontrar novos dados referentes à utilização deste espaço¹⁴⁹.

Quanto aos instrumentos a utilizar na *valorização*, o art.º 71 da mesma lei, a eles faz referência¹⁵⁰. “*Constituem, entre outros, (...): a) O inventário geral do património cultural; b) Os instrumentos de gestão territorial; c) Os parques arqueológicos; d) Os programas e projectos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios; e) Os programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens; f) Os regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as colecções visitáveis; g) Os programas e projectos de divulgação, sensibilização e animação; h) Os*

¹⁴⁶ Art.º70 da Lei 107/2001 de 8 de Setembro, *Diário da República* n.º209, I Série, p.5820.

¹⁴⁷ Excluindo-se as obras de recuperação e restauro realizadas na década de 60, anteriormente referidas.

¹⁴⁸ A *recuperação* consistirá na realização de uma série de operações tendentes a reparar um edifício, aproveitando-o para um determinado uso. Essas obras podem ainda incluir obras para a adaptação de equipamentos complementares de apoio aos visitantes.

Vide PROPOSTA DE MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO, volume II, p.23.

¹⁴⁹ Colocando-se assim, uma série de questões que se prendem com o designado património imaterial – os costumes, as vivências do local, etc.

¹⁵⁰ Art.º71 da Lei 107/2001 de 8 de Setembro, *Diário da República* n.º209, I Série, 8 de Setembro de 2001, p.5820

programas de formação específica e contratualizada; i) Os programas de voluntariado; j) Os programas de apoio à acção educativa; l) Os programas de aproveitamento turístico; m) Os planos e programas de aquisição e permuta.”

Destas, as alíneas *a)* e *f)* já foram utilizadas pois, no que toca ao inventário, a DGEMN e IPPAR já o realizaram há muito e, quanto ao regime de acesso à Casa da Pesca, não há qualquer tipo de restrição, exceptuando-se a visita à Casa propriamente dita. Assim, sem sombra de dúvida, torna-se relevante permitir o acesso a «todo» o conjunto, tornando-se ainda mais importante realizar essa visita acompanhado de técnicos especializados. Algo que virá de encontro às alíneas *d)* e *g)*, hipóteses que retomaremos adiante.

2.2.2 Usufruto Público

O usufruto público é um dos objectivos principais que resulta da valorização e da recuperação, uma vez que ao ser recuperado e usufruído por todos os cidadãos e visitantes de Oeiras¹⁵¹, lhe é reconhecido valor histórico e cultural. Mas entendemos que, para que tal seja possível, deverá ser-lhe devolvida a forma e a dignidade originais, ainda que complementadas com infra-estruturas necessárias à sua manutenção e acolhimento de visitantes.

O reconhecimento dos referidos valores, histórico, artístico e cultural prende-se a nosso ver com a actual imagem criada da Quinta do Marquês de Pombal, que se encontra «distorcida» pela divisão da quinta por dois proprietários, não podendo os visitantes usufruir dela conforme havia sido concebida inicialmente. Relembramos que a histórica venda de Artur Brandão à EAN e à FCG, que posteriormente cedeu o Palácio ao INA e que veio a ser adquirido pela CMO, ainda está muito presente, uma vez que ao visitante somente lhe é dada a conhecer a Quinta de Baixo, desaconselhando-se a ida à Quinta de Cima já que se encontra isolada e abandonada. Todavia, recordamos que esta divisão de propriedades no século XX deverá trazer à memória a história desta quinta, organizada através da compra, aquisição, ..., de diversos terrenos. E mais, devemos ter presente que, apesar de tudo, é possível realizar uma leitura da quinta de recreio tal como ela era em setecentos. Ainda hoje ela se apresenta como um conjunto harmonioso do qual fazem parte a residência, as dependências agrícolas, o jardim e as zonas de produção agrícola, cuja

¹⁵¹ Consideramos que a utilização pública deste tipo de espaços deve ser bem equacionada, pois qualquer solução que aqui apresentarmos deverá ser pensada em torno das infra-estruturas adequadas a esse fim. Vide art.ºs 18.º a 22.º da *Carta de Florença sobre a Salvaguarda dos Jardins* (1981) sobre a utilização dos jardins históricos.

coesão é facilitada pelos muros que a cercam e tornam parte integrada da paisagem circundante, deixando transparecer com facilidade o interesse histórico, artístico e cultural. É deste modo que, a partir da valorização e recuperação da Casa da Pesca, se reinterpretaria também toda a Quinta, proporcionando ao visitante uma leitura do espaço original, onde a construção de uma infra-estrutura de interpretação e acolhimento seria em nosso entender, fundamental. Assim, propomos que o recinto da Casa da Pesca acolha um Centro de Acolhimento e Interpretação¹⁵².

2.3 Centro de Acolhimento e Interpretação (centro interpretativo)

A escolha de um centro de acolhimento e interpretação para a Casa da Pesca prende-se com o facto de cada vez mais este tipo de estrutura assumir um espaço que tenta estabelecer um elo de ligação profundo entre o público e o património. O centro interpretativo é, tal como o museu, uma ferramenta conceptual e prática que permite estabelecer vínculos afectivos, educativos, lúdicos e identitários entre o património e a sociedade. Todavia, vai mais longe no processo de mediação património/interpretação/visitante, uma vez que tem essa tarefa central de vincular o património à sociedade¹⁵³, e sobretudo relacionar o monumento com o território em que ele se encontra, interpretando-o¹⁵⁴. Esse processo de mediação passa por várias fases:

- fundamentar a apresentação do monumento através do conhecimento técnico-científico rigoroso transmitindo a informação essencial sobre o monumento e o seu contexto territorial (*Casa da Pesca/Quinta do Marquês de Pombal/Oeiras*)¹⁵⁵;

- focalizar a apresentação de acordo com uma temática chave que possa particularizar o monumento (*pesca/caça/...*);

¹⁵² Afastamos aqui a hipótese de um museu, face ao espaço em questão. Pois trata-se de um espaço muito pequeno e sem condições para instalar um museu. Por outro lado, a construção de um museu pressupunha a existência de uma colecção, algo que não existe no Concelho. Todavia, relembramos a sugestão da EAN em fazer da Casa da Pesca um Museu de história daquela instituição e da investigação agronómica em Portugal, o que desvalorizaria o conjunto uma vez que a sua arte e história nada se prendem com aquela temática.

¹⁵³ A este propósito consulte-se MARTÍN, Morales, “Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedad – reflexiones críticas sobre el Interpretación del Patrimonio” in *Património. Estudos*. – Lisboa: IPPAR, n.º1, 2001, pp.25-37.

¹⁵⁴ “La interpretación del patrimonio es el arte de revelar in situ el significado del legado natural, cultural, o histórico, al público que visita esos lugares en su tiempo de ocio”. In *Op. Cit.*, p.29.

¹⁵⁵ E quem sabe, até relacionar esta Quinta com a Quinta Real de Caxias.

– “possibilitar a comunicação dos conteúdos sem afectar a autenticidade dos monumentos e o “espírito” dos lugares, através da adopção de uma filosofia de intervenção que valorize a preexistência, procurando uma adequada articulação física e visual com a obra nova”;

– introduzir valores de modernidade, caso se verifique a necessidade de novas construções que se prendam com a recepção e o acolhimento do público, ou, caso seja possível, reutilizar alguns dos edifícios pré-existentes para esse fim (*piso inferior da Casa da Pesca/WC/ antigo Refeitório da EAN*);

– e inserir novos recursos patrimoniais de proximidade, ultrapassando o mero roteiro temático estático (*recursos digitais/ animação no local/ ...*)¹⁵⁶.

Enquanto estrutura cultural, o centro interpretativo “(...) *podrá tener la actualización adecuada en materia expositiva, comunicativa e interactiva y además la ventaja que produce el descompromiso frente a la investigación posterior el montaje y la conservación de las piezas (muchas, sino todas, serán reproducciones); tendrá la seguridad de no poseer una colección que catalogar, investigar, conservar, restaurar y contextualizar; la tranquilidad de no poseer fondos, de carecer de gabinetes pedagógicos, departamentos varios y una administración presupuestaria que no supone más que la problemática del mantenimiento y el cobro de entradas (suponiendo que no sea gratuito) y probablemente el tener el audiovisual cada veinte visitantes*”¹⁵⁷.

Ao propor este centro interpretativo, pensamos que a recepção deveria localizar-se no piso inferior da Casa da Pesca, ainda que se desconheça o seu interior. A necessidade acrescida de todo o tipo de acessos, como por exemplo, um elevador de acesso ao piso superior para os deficientes motores, leva-nos a situar aqui a recepção, além de que a sala onde se encontram os estuques seria o espaço ideal para dispor alguns painéis expositivos sobre a história do local e as intervenções de recuperação ali efectuadas.

Além da recepção, o centro deve possuir alguns WC's, podendo aproveitar-se o anexo exterior do piso superior da Casa, outrora construído para o efeito, mas também uma cafetaria, propondo-se a reutilização do edifício acima da Cascata, que há muito deixou de servir à EAN, e pelo qual se tem acesso mediante a escadaria interna do anfiteatro da Cascata e o piso superior da Casa.

¹⁵⁶ Estes critérios foram recolhidos e readaptados ao nosso caso de estudo, partir da leitura dos critérios das estruturas de acolhimento e interpretação desenvolvidos durante o Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve descritos no artigo “Estruturas de Acolhimento e Interpretação – programas Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve” in *Património. Estudos*, n.º1, 2001, pp.43-45.

¹⁵⁷ MARTÍN, Morales, “Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedad – reflexiones críticas sobre el Interpretación del Patrimonio” in *Op. Cit.*, 2001, p.30

A par destas questões outras tantas devem ainda ser pensadas, prendendo-se com a gestão, os acessos, os horários e a divulgação.

2.3.1 Gestão

A gestão deste espaço coloca muitas questões, entre elas, a hipótese de aquisição do imóvel pela CMO, que poderia, assim, gerir o centro interpretativo. De facto, faria todo o sentido que esta entidade viesse a possuir esta Quinta, uma vez que, já na posse da Quinta de Baixo, reunificaria toda a Quinta e permitiria aos visitantes usufruir deste vasto património cultural e paisagístico. Todavia, desde sempre que a EAN afasta esta hipótese uma vez que depende dos férteis campos agrícolas para a pesquisa e trabalho agrícola. Assim sendo, deveria ser repensado o actual protocolo que a CMO mantém com a EAN, na esperança de vir até mesmo ela a gerir em parceria, o futuro centro interpretativo da Casa da Pesca, sugestão que vem no seguimento do que já fora repetido, enquanto proprietária da Quinta de Baixo.

2.3.2 Acessos, horários e actividades

Para o acesso ao conjunto, seria necessária a abertura do estacionamento do INA aos visitantes ou a concretização de um parque de estacionamento junto ao Pombal como se previra no último projecto. A partir do parque de estacionamento, os visitantes seguiriam a pé para a Casa da Pesca, pela Alameda dos Loureiros, estando o portão de acesso aberto. Chegados ao conjunto, a visita continuaria a pé, colocando-se a hipótese da construção de rampas e elevadores para os visitantes com necessidades especiais¹⁵⁸.

Agregado aos acessos deveria ser pensada a criação de uma sinalética com a indicação da Casa da Pesca, a par de outra sinalética relevante para a valorização de outras estruturas de recreio e apoio à produção agrícola próximas deste conjunto.

O regime de acesso deveria ainda ser articulado com o horário em consonância com o dos Jardins do Palácio, para que a visita à Casa da Pesca se estendesse a toda a Quinta. Essa articulação passaria pela colocação de guardas e/ou seguranças em pontos estratégicos do conjunto, a fim de controlarem a entrada, a circulação e/ou saída dos visitantes.

¹⁵⁸ O acesso destes à Casa da Pesca, seria facultado pelo acesso viário até ao conjunto pela Alameda dos Loureiros.

As actividades a desenvolver deveriam ser realizadas em torno da Quinta e Casa da Pesca com a realização de visitas guiadas e actividades pedagógicas centradas na época e no conteúdo histórico-artístico do conjunto, podendo ser explorada a temática da pesca, através da reconstituição da visita de D. Maria I, jogos e outros¹⁵⁹.

Por fim, poderia pensar-se eventualmente em cobrar um bilhete a preço reduzido, cujo montante serviria para a manutenção e conservação da Casa da Pesca. A concretizar-se esta hipótese, poderia instalar-se para o efeito um pequeno pavilhão junto da entrada do jardim ao qual se teria acesso pela Alameda dos Loureiros; também a recepção, no piso inferior da Casa, à qual se teria acesso mediante a rua de ligação Lagar/Casa da Pesca, poderia ter um posto de venda de bilhetes.

2.3.2 Divulgação

Quanto à divulgação deste espaço, pensamos que seria fundamental agregar ao centro de acolhimento uma loja, na qual estariam disponíveis folhetos informativos sobre a Casa da Pesca, redigidos em Português e Inglês, com uma informação clara e concisa, compreensível pelo grande público, englobando a localização e uma síntese histórico-artística do espaço, a fim de o divulgar. Todavia, esses mesmos folhetos não deveriam centrar-se somente na Casa da Pesca mas ainda nos restantes espaços da Quinta¹⁶⁰. A par daqueles, deveria haver também publicações e monografias sobre a Casa da Pesca (de que não há nenhuma), a Quinta do Marquês de Pombal e Oeiras. Porém, parece-nos que a colocação de um expositor semelhante ao que se encontra no Posto de Turismo bastaria para o efeito.

A par destes suportes científicos, seria interessante ter outro tipo de ofertas, os designados *souvenirs* (postais, canetas, lápis, ...) cujo valor reverteria para a manutenção e recuperação da Casa da Pesca, à semelhança da venda de bilhetes.

Mas a divulgação não deveria centrar-se somente nesta estrutura e no Posto de Turismo da Quinta de Baixo, pois deveria alargar-se um pouco a todas as estruturas culturais e recreativas do concelho de Oeiras a fim de dar a conhecer este precioso património artístico há muito esquecido e agora lembrado.

¹⁵⁹ A desenvolver estas actividades deveriam ser planeadas por um técnico de museologia.

¹⁶⁰ Podendo ainda haver diversos tipos de folhetos: individuais e descritivos de cada núcleo de recreio, ou geral, como abordagem síntese da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal.

CONCLUSÃO

O estudo do património histórico e artístico da Quinta do Marquês de Pombal revelou preocupações de salvaguarda e protecção com determinados elementos deste espaço. Como pudemos verificar, a classificação *Monumento Nacional* não impediu o abandono e a desvalorização que alguns núcleos desta quinta têm vindo a sofrer desde há muitos anos. Entre eles, a Casa da Pesca, interessante conjunto de património artístico, mereceu a nossa especial atenção. Constituído por Jardim, Cascata e Tanque e Casa tem no seu espólio testemunhos artísticos, únicos entre nós. O pequeno jardim há muito com a forma original alterada, revela o gosto recatado e intimista das elites setecentistas. A Cascata do Taveira ladeada por imponente painel de azulejos, cuja cor intensa e temática são únicas do seu tempo, constitui um testemunho artístico raro no nosso país. Por fim, a Casa guarda, a par de todo o conjunto, um dos elementos mais espectaculares - uma sala estucada cujo motivo temático é a faina da pesca, onde pescadores e elementos marítimos dão nome ao referido conjunto, “Casa da Pesca”. A qualidade destes estuques, desenho e forma aproximam-se e assemelham-se à obra de Giovanni Grossi, pintor dos tectos da capela e salas do Palácio desta mesma Quinta, artista de renome da época. Além deste nome, a assinatura de José Monteiro de Carvalho num documento de lista de materiais, certamente o executante do projecto de Carlos Mardel, pesam na importância deste conjunto enquanto testemunho histórico, arquitectónico, artístico e paisagístico.

Face a estes dados, partimos para a análise do estado de conservação que nos permitiu verificar que muitos dos problemas do estado actual têm persistido – falta de manutenção e limpeza de todo o conjunto, substituição do telhado da Casa, reparação das fissuras ao longo do anfiteatro da Cascata, entre outros. A partir daqui, analisamos os projectos de intervenção que ainda centrados na Quinta envolviam os restantes núcleos de recreio, propondo medidas de recuperação arquitectónica e paisagística e sugerindo ainda nova utilização do espaço.

Nesta altura, e possuindo os dados suficientes para elaborar a nossa proposta, passamos à sua realização, propondo para a *valorização* do espaço, não só um estudo histórico-artístico (anteriormente efectuado), mas sobretudo uma *recuperação* arquitectónica e paisagística com o fim de ali vir a instalar-se um “Centro de Acolhimento e de Interpretação / Centro Interpretativo”. Deste modo, a nossa proposta vem de encontro à ideia de *valorização* que a legislação referente ao património cultural faz referência, através

de programas culturais e de animação que permitem o acesso e a fruição do imóvel. A criação de um “Centro Interpretativo” permitirá acolher os visitantes, bem como oferecer uma série de recursos que forneçam dados e conteúdos auxiliares à interpretação histórica e artística da Casa da Pesca. Por outro lado, destes conteúdos interpretativos deverão constar um resumo das intervenções de recuperação realizadas, a fim de salientar ainda mais o importante papel do Património na Sociedade, como veículo de transmissão da nossa História. Isto é, recuperar para conservar, e conservar para transmitir às gerações futuras. A estas, o centro deverá prestar maior atenção, através da realização de actividades pedagógicas que levem às crianças a preocupação de preservar e conservar o património cultural, partindo de jogos e representações que evoquem a Casa da Pesca.

A nosso ver, torna-se urgente assegurar a realização desta proposta pois, como repetidamente fizemos alusão, a Casa da Pesca carece cada vez mais de uma rápida intervenção. A degradação e a ruína que assolou o espaço necessitam de ser combatidas, e se o proprietário não tem meios de o fazer, cabe-nos a nós, enquanto cidadãos, denunciar, alertar e defender, a fim de impedir a deterioração e destruição, e assegurar a fruição pública de todos os bens culturais que se encontram naquelas condições por parte da próxima geração.

Esperamos ainda que, face ao alerta aqui deixado, o proprietário tome alguma atitude de forma a impedir a ruína iminente da Casa da Pesca, ou que entidades como a CMO, que sempre se mostrou interessada na salvaguarda do referido conjunto, ou o IGESPAR, tudo façam a fim de salvaguardar e proteger o referido imóvel classificado de *Monumento Nacional*.

BIBLIOGRAFIA

1.– FONTES MANUSCRITAS

Arquivo da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (Forte de Sacavém)

(Digitalizada)

PT DGEMN: DSARH-010/175-0046 (AROP–Arquivos Textual), "Casa da Pesca", Jun. 1983 – Jul. 1986

PT DGEMN: DSARH-010/175-0037 a 0039, "Palácio dos Marquês de Pombal: Processo geral", Jun. 1958 – Jul., 1989, contém 11 (desenhos, Des. 425592 – Des. 426202) e 8 fotos

(Não digitalizada)

DRML 1482 (C.CV./DIV.), "Casa de Pesca – Reparação da Cimalha e telhado; Obras de Conservação", Mai. 1957 – Dez. 1961

DSEP 632 – 2209 (DNISP), "Estação Agronómica Nacional: restauro do Edifício da Casa da Pesca", s.d.

DNISP-0163/1/9 [PT031110040059], "Estação Agronómica Nacional: Pequenas adjudicações" (Conteúdo: restauro do edifício da Casa da Pesca. José António Azevedo. Verba da Direcção–Geral)

DREL–Gabinetes 0450/1, "Casa da Pesca, Quinta do Marquês, Oeiras", s.d.

DSARH-010 1803/9, "Casa da Pesca, Quinta do Marques, Oeiras", 2004

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

“«Relação fiel exacta da visita feita por SS. MM. à Quinta d’Oeiras» em 16 de Agosto de 1783. É feito pelo 2.º Marquês de Pombal”, *Avisos Regios 1780–1799*, vol.3, Secção de Reservados, Colecção Pombalina, n.º697, (fls.97–103)

Libello Famoso Por acção de lezaó enormíssima, diz como Author Francisco Jozé Caldeira Soares Galbardo de Mindanha, contra os R R. e Ex.^{ma} Marquez de Pombal e a Ex.^{ma} Marqueza Sua mulher, por este, e pelo melhor modo de direito, Secção de Reservados, Cód. 8530

Livro das Despesas nas obras da Quinta de Oeyras e mais fazendas, mandadas fazer pelo Conde de Oeyras, 1766, 1767 e 1769, Secção de Reservados, Arquivo Pombalino

Morgado de Oeyras, Tomos I, II, III, IV (2vols.) e V, Secção de Reservados, Arquivo Pombalino

Oeuvres de Antoine, Charles, et Nicolas Coypel Peintres François [sic] composés de 153 pièces gravés par Audrun, Drevet, Duchange, Desplaces, Tardieu, 1692–1760, Secção de Iconografia, cota E.A. 88 A.

Câmara Municipal de Oeiras

Plano Estratégico para o Parque Temático Marquês de Pombal – Proposta de Intervenção. Elaborado por: Arq. Paisagista Alexandre Lisboa (DMGA/DAE/DEV), Dr. Domingos Leitão (DMOA/DAE), Arq. Paisagista Nuno David (DMGA/DAE/DEV), Arq. Nuno Macara (DMPUH/DPGU), Arq. Paisagista Rodrigo Dias (DMPUH), Dra. Selma Rodrigues (DMPUH), Eng. Tiago Correia (DMGA/DAE/DEV), Dra. Vera Alves (GC/INC). Julho de 2007 (consultado na Divisão de Planeamento)

Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

Processo de Classificação do Palácio dos Marqueses de Pombal, sito na Quinta de Baixo e Cima, S. Julião da Barra, Oeiras. Proc. N.º 6B/ 608 – C.S. 10585, 2 vols.

2. – FONTES IMPRESSAS

Dicionários e outras obras de referência

BÉNÉZIT, E., *Dictionnaire critique et documentaire des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs et Graveurs*. – Saint-Ouen : Librairie Gründ, Tomo II, VII e VIII, 1966

GRIMAL, Pierre, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. – Lisboa: Difel, 4.ªed., 2004 (1.ªed. 1951)

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*. – Lisboa: 1873–1890

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. – Lisboa: Livros Horizonte, 2004

MATOS, Armando de, *Brasonário de Portugal*. – Porto: Livraria Fernando Machado, 1940, 3 vols.

PEREIRA, José Fernandes (dir.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. – Lisboa: ed. Presença, 1989

PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*. – Lisboa: Temas & Debates, 1995, 3.ºvol.

VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. – Lisboa: Imprensa Nacional, 1904

Bibliografia Geral

“Casa da Pesca e Zona Envolvente” in *Oeiras Municipal*. – Oeiras: Julho/Agosto/Setembro de 1986, n.º13, p.11

“Casa da Pesca em Oeiras caiu na rede da degradação: lago entupido de lodo e azulejos ocultos por lixo” in *Jornal de Notícias*. – Lisboa, 9 de Julho de 1989, s.p.

“O Marquez de Pombal (A propósito da sua estátua) – A quinta d’Oeiras” in *Ilustração Portuguesa*. – Lisboa, A.3, n.º 114, 8 de Janeiro de 1906, pp.22-28; e n.º 115, 15 de Janeiro de 1906, pp.38-39

“Passeios e Viagens – Oeiras” in *Serões & Séstas: Revista das Famílias*. – Lisboa: Empresa Serões & Séstas, Abril, 1895, pp.186-191

“Casa da Pesca: Uma degradação galopante” in *Jornal de Oeiras*. – Carcavelos, A. V, n.º235, 20 de Janeiro de 2009, p.5

“Visita de suas majestades a Oeiras” in *O Occidente*. – Lisboa, A.14, v.14, n.º 463, Novembro de 1891, p.247

AAVV, *Intervenções no Património 1995-2000*. – Lisboa: IPPAR, 1997

AAVV, *Metodologias de Diagnóstico e de Intervenção no Património. Actas do 3.º Encontro Científico do IPCR*. – Lisboa: IPCR, 2003

AAVV, *Património - Balanços e Perspectivas: 2000-2006*. – Lisboa: IPPAR, 2000

Actas, Marquês de Pombal e a Sua Época. – Oeiras: CMO, 2001

ARAÚJO, Ilídio de, “Roteiro dos Jardins Portugueses” in *Comunicação ao Colóquio APOM*, 1976

ARAÚJO, Ilídio de, *Arte Paisagística e Arte dos Jardins em Portugal*. – Lisboa, 1962

ARAÚJO, Ilídio, “Quintas de Recreio” in *Separata Bracara Augusta*. – Braga: vol.XXVII, fasc.63, 1974

ARCHER, Maria e COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da Linha de Cascais*. – CMO: Oeiras, 1999

AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. – Lisboa: Livros Horizonte, 1969

AZEVEDO, João Lúcio, *O Marquês de Pombal e a sua Época*. – Lisboa: ed. Clássica, 2.ªed, 1990

BAETA, Maria Margarida, *O “Conjunto da Casa da Pesca” – Elementos para o seu programa artístico e iconográfico*. – Lisboa: 2004, 3vols. (Trabalho final de Licenciatura em Artes Decorativas/Artes Decorativas Portuguesas apresentado à Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo)

BALLART HERNÁNDEZ, Joseph; Juan i Tresserras, Jordi; *Gestión del Património Cultural*. – Gijón: ed. Ariel, 4ºed., 2008 (1ºed. 2001)

BARBOSA, Vilhena, “Fragmentos dos Arredores de Lisboa – Arrebaldes de Lisboa: Paço de Arcos, Oeiras e Carcavellos” in *Archivo Pittoresco: Semanario Ilustrado*. – Lisboa: A. 1863, Vol. VI, pp.385-387 e pp.401-403

BESSA, Cristina Pinto, *Estuques do Palácio do Marquês de Pombal em Oeiras*. – Lisboa: 2001, 2vols. (Trabalho final de licenciatura em Artes Decorativas, apresentado à Escola Superior de Artes Decorativas, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva)

BINNEY, Marcus, *Casas Nobres de Portugal*. – Lisboa: Difel, 1987

BOIÇA, Joaquim Manuel, *Cartografia de Oeiras – 4 Séculos de Representação do Território (Do século XVI ao século XX)*. – Oeiras: CMO, 2003

BRANDI, Cesare, *Teoria do Restauro*. – Lisboa: Edições Oríon, 2006

CALDAS, João Vieira, *A Casa Rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*. – Porto: FAUP, 1999

CÂMARA, Maria Alexandra Gago da, *“A Arte de Bem Viver”: A Encenação do Quotidiano na Azulejaria Portuguesa na Segunda Metade de Setecentos*. – Lisboa, FCT/FCG, 2005

CARAPINHA, Aurora, *Da essência do Jardim Português*. – Évora, 1995, 2vols. (Dissertação de Doutoramento de Artes e Técnicas de Paisagem apresentada à Universidade de Évora)

CARITA, Hélder; CARDOSO, Homem, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*. – ed. Autores, 1987

CASTEL-BRANCO, Cristina, *O Lugar e o Significado: os jardins do Vice-Rei*. – Lisboa: 1992, 2vols. (Dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa)

Catálogo da Coleção de quadros, gravuras, estampas, móveis, esculturas, adornos e objectos de arte do Palácio Sr. Marquês de Pombal em Oeiras. – s.l.: Typ. Editorial Império, 1939

CRESPO, Maria Teresa, *O Tecto da Sala Concórdia - no Palácio do Marquês de Pombal em Oeiras (relatório analítico-descritivo sobre uma obra de arte particular)*. – Oeiras: CMO, 2009

CRISPIM, Mário Núncio; LOBO; Pedro Vasconcelos (Coord.), *Retratos de Oeiras*. – Oeiras: Pub. DSA., 1994

DIAS, Rodrigo, “A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal na vila de Oeiras” in *Comunicações, Actas e Conclusões das I Jornadas Luso-Brasileiras do Património*. – Lisboa: 1984

DIAS, Rodrigo, *A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal*. – Oeiras: CMO, 1987

DIAS, Rodrigo, “Estudo de Recuperação arquitectónica e Paisagística do Núcleo Antigo de Oeiras – Revitalização da “Casa da Pesca” e sua ligação ao Núcleo Antigo da Vila” in *Revista Municipal*. – Oeiras: N.º10, Maio/Junho/Julho/Agosto, 1985, p.9

DIAS, Rodrigo, *História e histórias do jardim francês em Portugal – A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal na Vila de Oeiras*. – Oeiras: CMO, 1997

DIAS, Rodrigo, *História e histórias do jardim francês em Portugal: a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal na Vila de Oeiras = The french garden in Portugal: the Marquês de Pombal Estate in the Town of Oeiras*. – Oeiras: Gabinete de Relações Públicas CMO, 1993

FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro, *História de Oeiras – Uma Monografia (1147-2003)*. – Oeiras: Roma editora/CMO, 2003

GIL, Júlio, *Os mais belos palácios de Portugal*. – Lisboa: Verbo, 1992

GOMES, Maria do Céu Sousa, *O Morgadio e a vila de Oeiras: história da arte moderna*. – Lisboa: CMO, 1998

GONÇALVES, Alexandre, “Quem salva a Casa da Pesca” in *Jornal da costa do Sol*. – Cascais, 25 de Novembro de 1999, p.16

GOTHEIM, Marie Luise, *A History of garden art*. – New York: Hacker Art Books, 1966

Intervenções da Câmara Municipal de Oeiras no Património e nos centros históricos: últimos 20 anos. – Oeiras: CMO, 2001 (Comunicação da Câmara Municipal de Oeiras no VI Encontro de Municípios com Centro Histórico, em Ouro Preto, Brasil em 1999)

KLUCKERT, Ehrenfried, *Grandes jardins de Europa – desde la Antigüedad hasta nuestros dias*. – Colónia: h.f.Ullman, 2007, (trad. espanhola)

Leilão de parte do mobiliário, objectos de arte que guarnecem o Palácio Pombal em Oeiras. – Lisboa: Tip. Americana, 1952

LEITE, Ana Cristina, *O Jardim em Portugal nos Séculos XVII e XVIII – Arquitecturas, Programas, Iconografias*. – Lisboa, 1988, 3vols. (Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

LIMA, Henrique de Campos Ferreira, *Joaquim Machado de Castro – escultor conimbreense*. – Lisboa: Imprensa da Universidade, 1925

LOPES, M^a Tereza Fernandes Pereira de Sena Sales, *Casa de Oeiras e Pombal: estado senhorio e património*. – Lisboa: 1987 (Dissertação de Mestrado em História apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universais Nova de Lisboa)

MATOS, Rute Sousa, *Recuperação de jardins históricos em Portugal: algumas reflexões*. – Évora, 1999 (Dissertação de Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora)

MECO, José, “A Casa da Pesca e o património artístico de Oeiras: Oeiras e o seu Concelho” in *Jornal da Costa do Sol*. – Cascais, 24 de Julho de 1986

MECO, José, “O Palácio e a Quinta do Marquês de Pombal, em Oeiras (Algumas notas sobre a arte no tempo de Pombal)” in *Pombal Revisitado*. – Lisboa: ed. Estampa, 1984, 2.ºvol., pp.158-174

MECO, José, *Azulejaria no Concelho de Oeiras, O Palácio Pombal e a Casa da Pesca*. – Cadernos da Biblioteca Oeirense, 1982

MECO, José, *O Azulejo em Portugal*. – Lisboa: ed. Alfa, 1989

Memorial histórico ou Coleção de memórias sobre Oeiras: desde o seu proncípio, como lugar e Cabeça de Julgado e depois vila (Com o título de Condado e Cabeça do Concelho). – Oeiras: CMO, 3 vols., 1982

MIRANDA, Jorge, “Conjunto da Casa da Pesca: Um monumento nacional desprezado” in *Jornal da Região – Oeiras*”. – Oeiras, 3 de Dezembro de 1999, p.7

MIRANDA, Jorge, “Quinta do Taveira: Triunfo sobre o esquecimento” in *Jornal da Região – Oeiras*”. – Oeiras, 25 de Novembro de 1999, p.7

MIRANDA, Jorge; Claro, João Martins; Almeida, Marta Tavares (coord.), *Direito do Património Cultural*. Oeiras: INA, 1996

NABAIS, José Casalta, *Introdução ao Direito do Património Cultural*. – Lisboa: Livraria Almedina, 2004

OLIVEIRA, Cristina Pires, *Intervenção na Quinta dos Marqueses de Pombal*. – Lisboa, 2005 (Relatório do Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia)

Palácio dos Marqueses de Pombal e Jardins. – Lisboa: ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1965 (catálogo)

Património. Estudos – Lisboa: IPPAR, n.º1, 2001

PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura Barroca em Portugal*. – Lisboa: 1986

PIMENTEL, Alberto, “Quinta do Marquês de Pombal em Oeiras” in *Revista Ilustrada*. – Lisboa: Ano 1, n.º4, Maio 1890, pp.41-44

QUEIRÓS, José, “Casas de Portugal, III – Oeiras” in *Terra Portuguesa: Revista Ilustrada de Arquitectura, Artística e Etnografia*. – N.ºs 31-32, Janeiro 1922, pp. 113-126

RAPOSO, Hugo, “O Palácio do Conde de Oeiras” in *Separata do Boletim «Olisipo» do Grupo do «Amigos de Lisboa»*. – Lisboa, N.º 100, Out. 1962

RIBEIRO, Aquilino, *Oeiras (Monografia)*. – Oeiras: CMO, 1980 (1ªed. 1940)

RIBEIRO, Luís Paulo A. Faria, *Quintas do Concelho de Lisboa, Inventário, Caracterização e Salvaguarda*. – 1992, 2vols. (Trabalho apresentado no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa)

ROCHA, Filomena Isabel, *Oeiras: o Património – a História*. – Oeiras: CMO, 2004

RODRIGUES, Ana Duarte, *A Escultura de Vulto Figurativa do Laboratório de Joaquim Machado de Castro (1771-1822): produção, morfologia, iconografia, fontes e significado*. – 2004, 2vols. (Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

SENA, Teresa, “Reconciliação de D. Maria I com a casa de Oeiras” in *História*, nº49, Novembro de 1982, pp.12-22

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal: O Homem; O Diplomata, e O Estadista*. – Lisboa/Oeiras/Pombal: CML/CMO/CMPombal, 1982

SILVA, Hélia, *Giovanni Grossi e a Evolução dos Estuques Decorativos no Portugal de Setecentos*. – Lisboa: 2005, 2vols. (Dissertação de tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

SIMÕES, João Miguel dos Santos, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, Lisboa: FCG, 1979

SOROMENHO, Isabel (coord.), *Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras*. – Oeiras: CMO, 1999

STOOP, Anne de, *Quintas e Jardins dos Arredores de Lisboa*. – Lisboa: Civilização Editores, 1986

TELLES, Gonçalo Ribeiro, “Jardins do Palácio dos Marqueses de Pombal, Oeiras” in *Architèti*, nº 25, 1994, pp.56-61

TRISTÃO, Pepita, “Casa da Pesca em risco” in *Jornal Costa do Sol*. – Cascais: 24 de Junho de 2004, p.7

TRISTÃO, Pepita, “Jornadas do Património” in *Jornal Costa do Sol*. – Cascais: 2 de Outubro de 2003, p.24

Legislação

“Lei 107/2001 de 8 de Setembro” in *Diário da República*, n.º209, I Série, pp.5808–5829

“Proposta n.º 1728/03 — Fundamentação do processo de revisão do Plano Director Municipal de Oeiras” in *Diário da República*, n.º55, I Série, Apêndice n.º 32/2004, 5 de Março, pp.43–46

“Regulamento do Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras” in *Diário da República*, n.º67, II Serie, Apêndice n.º 36/2004, 19 de Março, pp.73–76

“Regulamento do Plano Director Municipal” in *Diário da República*, n.º68, I – B Série, 22 de Março de 1994, pp.1412–1423

3. – REFERÊNCIAS ONLINE:

DGEMN – *Inventário do Património Arquitectónico*, “Quinta do Marquês de Pombal “, n.º IPA PT031110040071, in <http://www.monumentos.pt>, 2006, consultado a 13 de Janeiro de 2009

DGEMN – *Inventário do Património Arquitectónico*, “Palácio do Marquês de Pombal/Palácio dos Condes de Oeiras”, n.º IPA PT031110040002, in <http://www.monumentos.pt>, 2006, consultado a 13 de Janeiro de 2009

“Palácio e Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal” in *Pesquisa de Património* in http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=10779372, consultado a 13 de Janeiro de 2009

“Recuperação e Valorização do Património” in http://www.ippar.pt/actividades/activ_edificado.html, consultado a 11 de Junho de 2009

“Palácios e Quintas” in *Concelho/Turismo/Onde Ir* in <http://www.cm-oeiras.pt>, consultado a 13 de Janeiro de 2009